

EXIGÊNCIAS ÉTICAS, JUSTIÇA SOCIAL E DEMOCRACIA: uma análise de conjuntura

Grupo de Análise de Conjuntura Padre Thierry Linard – CNBB¹

26 de agosto de 2022

“A crise da ética na política resulta em boa parte da crise do político”²

1 – Introdução

No lento processo de redemocratização da sociedade brasileira, a Igreja Católica contribuiu, por meio de sua ação evangelizadora, para os movimentos sociais, políticos e institucionais. Diversas ações refletiram-se nos vários documentos eclesiais que foram lançados sobre o aprimoramento das relações democráticas no país.³ Dentre eles, o texto “Exigências éticas da ordem democrática”⁴ refletiu o conjunto de ações das pastorais e dos organismos do Povo de Deus, em torno dos desafios daquela conjuntura.

Iniciativas eclesiais adotaram esse compromisso, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs – 1970), a pastoral carcerária (1986), da criança (1983), do menor (1984), dos migrantes (1986), dentre tantas outras importantes e com tantos exemplos de sacrifício e dedicação ao longo da história. Essas realidades exigiram maior contundência da solicitude social da Igreja e uma ação evangelizadora com foco específico: o processo social e político em torno da democracia e dos direitos.⁵

O texto reafirmava compromisso com a democracia formal já presente em documentos anteriores,⁶ a partir de um modelo de controle da sociedade sobre o Estado,⁷ com amplo acesso à justiça social, combate às desigualdades e promoção do bem comum.⁸ Passadas três décadas daqueles tempos turbulentos e, ao mesmo tempo, esperançosos, ante aos desafios dos tempos presentes, retomamos uma visão sobre a conjuntura, no limiar da continuação da LIX Assembleia Geral Ordinária da CNBB, desta feita presencial em Aparecida/SP, entre 28 de agosto e 2 de setembro de 2022.

Vamos oferecer uma análise panorâmica, ao mesmo tempo que explicitaremos alguns pontos mais fortes, considerando todo o contexto de um segundo semestre do ano com eleições gerais no Brasil, em um ambiente mundial e regional de muitas tensões, além da erosão da democracia e da qualidade de vida da população. O texto de análise de conjuntura da primeira etapa virtual da LIX Assembleia Geral, “OS CLAMORES DO MEU POVO: a realidade brasileira de 2022”, de 21 de abril de 2022,⁹ é parte integrante deste e serve como um ponto de partida. Da mesma forma, a Mensagem ao Povo Brasileiro daquela ocasião já nos exortava:

*Conclamamos toda a sociedade brasileira a participar das eleições e a votar com consciência e responsabilidade, escolhendo projetos representados por candidatos e candidatas comprometidos com a defesa integral da vida, defendendo-a em todas as suas etapas, desde a concepção até a morte natural. Que também não negligenciem os direitos humanos e sociais, e nossa casa comum onde a vida se desenvolve. Todos os cristãos somos chamados a preocuparmos com a construção de um mundo melhor, por meio do diálogo e da cultura do encontro, na luta pela justiça e pela paz.*¹⁰

É com esperança, sob a luz do Espírito, que compartilhamos algumas de nossas percepções e pontos de vista.

2 – O ambiente mundial

O contexto do atual ambiente mundial apresenta, de um lado, (a) o crescimento das **desigualdades**¹¹, de outro, (b) o crescimento de um **universo diferente de valores**, recursos, meios de produção tecnológicos que estão extremamente concentrados em um núcleo rentista transnacional acompanhado de um ideal de mérito e eficácia descrito por quem são os “ganhadores” deste modelo. A pandemia e uma guerra na Europa de Leste deixam rastro de crise econômica, com inflação alta – em especial dos alimentos – e agravam a crise social que já predominava em vários países.

Há variações de país em país. Mas há uma combinação de velhos elementos – feitos de relações de dominação brutal e de discriminações raciais, sociais, sexuais, culturais, econômicas e políticas – com outros mais novos – uma sacralização da propriedade privada e a estigmatização dos “perdedores” de forma muito mais extrema que em outras etapas da globalização. Tudo isto se dá em um contexto em que os avanços do conhecimento e de novas tecnologias, a mudança dos paradigmas produtivos, do uso de inteligências e suas modalidades, bem como a velocidade das redes sociais, assim como a diversidade decorrente das criações culturais, poderiam permitir um progresso social sem precedentes¹². Mas há mais uma questão que é determinante aqui para que este duplo se mova: (c) a **erosão** da dimensão **democrática**!

A democracia, que vive uma turbulência mais recente, teve um crescimento numérico no período compreendido pelas duas décadas finais do Século XX e as duas décadas iniciais do Século XXI (1980-2000 e 2000-2019). A quantidade de países “democráticos” não parou de crescer. O aumento se deveu, sobretudo, à transição dos países comunistas do Leste Europeu, ao fim das ditaduras latino-americanas e à criação de instituições democráticas em diversos países africanos recém-independentes. Segundo o *Polity Project* (projeto que classifica o regime político dos países ao longo do tempo), em 1985 havia 42 democracias, onde moravam 20% da população mundial. Em 2015, o número saltou para 103, com 56% da população mundial¹³.

Contudo, quando se revisa os principais indicadores internacionais sobre a evolução da qualidade da percepção das democracias a nível global ou regional o cenário não é dos melhores. Há, em todo o mundo, uma ideia de “recessão democrática”. No início, ela foi associada às dificuldades inerentes ao surgimento de novos governos desse tipo desde meados da década de 2000. Nos últimos anos, porém, a preocupação passou a ser a crise das democracias consolidadas. A pergunta agora é: democracias tradicionais entram em colapso? Há uma diferença fundamental entre saber por que ela não se consolidou no Egito e em que medida poderia entrar em colapso na Itália. Mas, de uma forma ou de outra, o termo “recessão democrática” passou a designar os dois processos.

O *Latinobarômetro*, em seu relatório de 2018¹⁴, nos indicou que, até o ano de 1997, a preferência da população latino-americana pela democracia era de 63%. No ano de 2018, pelo contrário, a simpatia por um regime democrático se encontrava em seu ponto mais baixo (48%). O processo de deterioração não foi retilíneo. Na primeira década (2001-2010) deste século ocorreu um período de esperanças democráticas crescentes. Este crescimento trouxe bonanças e foi conhecido por “quinquênio virtuoso”¹⁵, que se seguiu à crise asiática com as políticas contracíclicas que se aplicaram no início da crise do *subprime*¹⁶ em 2007-2009¹⁷. Na análise de 2020, o mesmo *Latinobarômetro* identificou que a pandemia do COVID – 19 se inscreveu em um ambiente de múltiplas crises na região e um desafio entre a opção por modelos populistas ou por sociedades abertas, transparentes e mais livres¹⁸.

Nesse ambiente mundial, a existência de quatro crises simultâneas apontam para possíveis metamorfoses¹⁹ ou uma mudança de época²⁰: (i) da unipolaridade²¹, (ii) da

globalização²², (iii) da financeirização²³ e (iv) do neoliberalismo²⁴ como dimensões que compõem a realidade mais estrutural.

Noutro campo, a violência nas relações internacionais ganhou um outro estágio: uma espécie de **guerra mundial em pedaços!** Esta afirmação do Papa Francisco identifica uma série de conflitos espalhados pelo mundo, com **guerra ou guerra civil**, na Líbia, no Sudão do Sul, no Iêmen, na Etiópia, no Afeganistão, na Síria, os Rohingya em Mianmar, e **conflitos** entre Israel e a Palestina, na Região do Sahel, entre a Turquia e curdos armados e entre Armênia e Azerbaijão, apesar da maior percepção da guerra entre Rússia e Ucrânia²⁵.

É a partir desse ambiente mundial e das múltiplas tensões que produzimos a atual análise de conjuntura. Oferecemos, de saída, um rápido olhar sobre nossa região.

3 – América Latina: os recentes movimentos políticos e eleitorais

As primeiras décadas do século XXI trouxeram uma temporada de muitos conflitos na América Latina, com duas grandes ondas de revolta. A primeira começou nos anos 2000 com as insurreições ou rebeliões no Equador, Argentina, Bolívia e a Venezuela. Depois, já mais perto, nova onda nas mobilizações de 2018 (Nicarágua, Porto Rico, Haiti), e que se desenvolveu fortemente em 2019 nas mobilizações andinas do Equador, Chile, Bolívia, Peru e depois Colômbia, e mais recentemente Equador, novamente e Panamá. No caso brasileiro, as manifestações de rua em 2013 demonstraram a existência de uma pluralidade de forças políticas e sociais até então despercebidas.²⁶

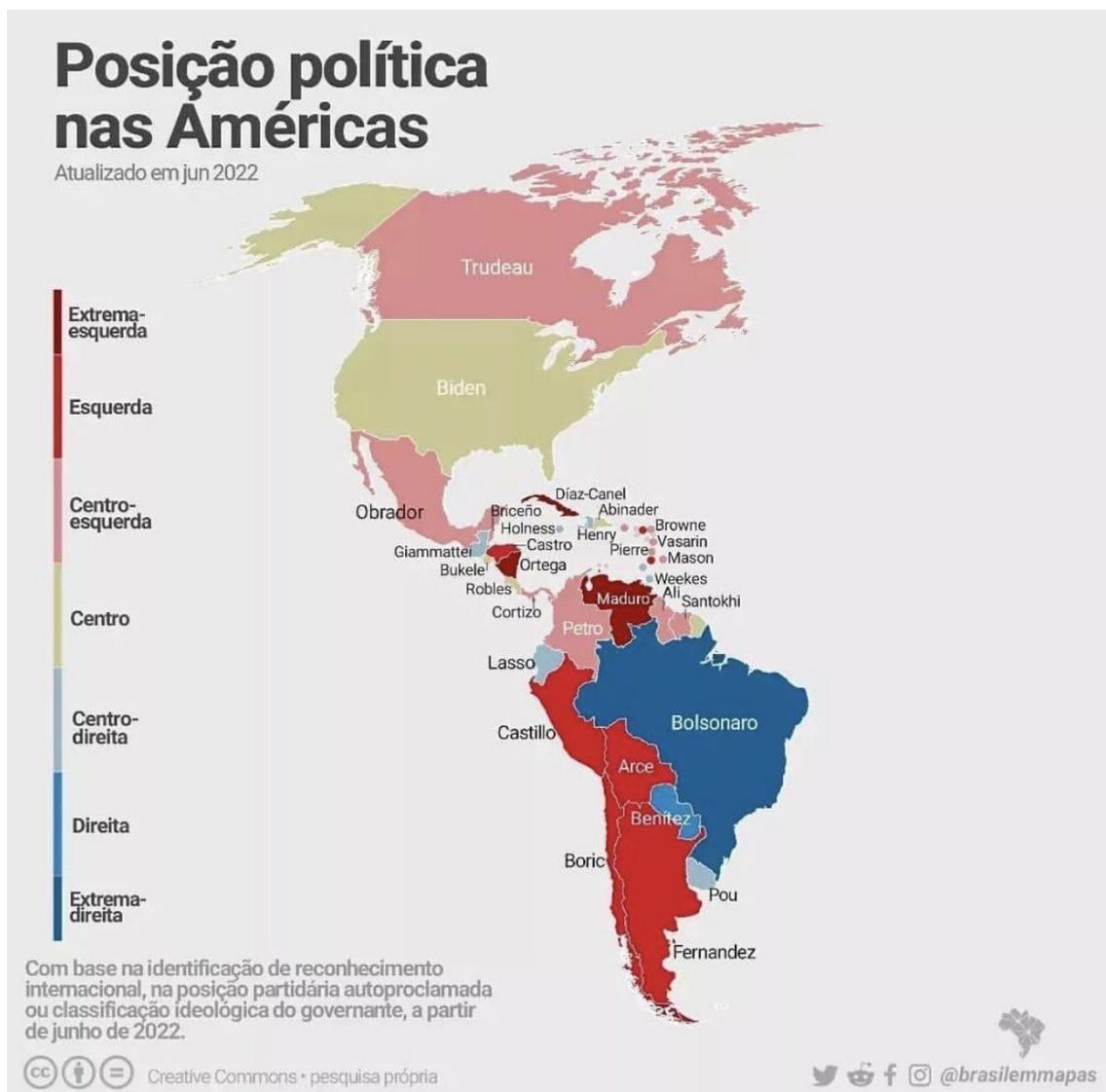
Cada um desses movimentos, como também as dinâmicas regionais e de cada país, repercutiu nos resultados eleitorais subsequentes. Com exceção do Equador nas eleições de 2021, em todos os casos surgiram novos governos, diferentes dos governos dos partidos tradicionais, que foram genericamente chamados de “governos progressistas”, embora eles tenham sido e sejam diferentes.

Os governos mais radicais do período (Evo, Correa, Chávez), como os de maior conciliação nacional (Lula, Bachelet, Mujica, Kirchner) foram processos relativamente estáveis, ou seja, duraram quase uma década ou chegaram perto disso. Entretanto, muitos deles foram sucedidos por governos de Piñera, Bolsonaro, Uribe-Duque, Macri, aos quais devemos acrescentar Maduro e Ortega. Ao lado da mudança da relação dos Estados Unidos (EUA) com a região, a fragilização da democracia ocorreu em Honduras, Paraguai e depois no Brasil, enquanto experiências como a do Chile, com profunda mudança na Constituição, ainda em curso (plebiscito constitucional em 4 de setembro), modificou bastante a correlação das forças políticas no cenário regional.

Se o compararmos com os anos 90, este período foi mais curto, instável e desigual. Uma das características fundamentais é que o autoritarismo com características populistas emergiu em escala global e na América Latina. Esta é a consequência de vários fatores combinados: (a) a crise econômica de 2008, que chegou tarde à América Latina, mas que o fez de forma devastadora, à qual se acrescentou então a gravíssima crise sanitária da COVID; (b) a crise dos regimes políticos e dos partidos tradicionais, que já estavam sofrendo desde os anos 2000; e (c) o declínio do progressismo, em particular o fechamento do ciclo do Chavismo na Venezuela, principalmente com a morte de Chávez. Elementos como a crise econômica (aumento da inflação somada ao crescimento ínfimo do PIB), crise de regime, decadência do “progressismo”, mais fluxos migratórios e o crescimento das igrejas evangélicas de perfil neopentecostal na região, são componentes que levaram setores da classe média, trabalhadores e setores populares a aderir a uma posição mais conservadora que permanecera em estado latente, a revitalizar-se e dar origem a governos com características autoritárias, como é o caso da Nicarágua, da

Guatemala e do Brasil. Sem contar a experiência terrível, no caso dos EUA, com o governo Trump e sua derrocada em 6 de janeiro de 2021, com o lamentável episódio do ataque ao Capitólio.

Entretanto, a nova onda eleitoral, dos últimos anos, mudou o quadro recente das direções desses países. Muitos governantes mais conservadores não conseguiram manter a sua dinâmica eleitoral. A recentíssima ascensão de governantes mais alinhados a um credo progressista na região pode ser visualizada aqui:



Eleitos com demandas por profundas reformas e bem-estar para a população, a conjuntura é bem diferente. Há (i) uma crise multidimensional, econômica, social e política, agravada pela pandemia da COVID e a guerra Rússia-Ucrânia; (ii) as exigências e os temas sociais foram ampliados; (iii) há maior desagregação social e menos projetos nacionais, que devem ser levado em conta no presente e no futuro; (iv) as lideranças políticas tradicionais da região, mais progressistas, perderam o protagonismo em muitas das mobilizações, como na Colômbia, e, em certa medida no Chile, antes do período constituinte (v.g., Frente Amplio, Convergencia Social e a Concertación); (v) não surgiram grandes lideranças alternativas, seja em nível regional ou por país; (vi) as lideranças dos governos que emergem tem pouco tempo de duração e consistência

popular, como Boric no Chile e Castillo no Peru, sem contar a imensa crise da Argentina, continuada com Fernandez e a do próprio Brasil.

Os governos que surgiram (Peru, Chile, Colômbia) são mais frágeis, mais precários e instáveis do que os do período anterior. Objetivamente falando, a situação de crise e a falta de margens tornam necessário tomar medidas de longo alcance: a dívida, a questão da tributação, a terra *etc.* Outro ponto que emerge é a dificuldade de construção de “frentes democráticas para governar”, que persiste em todo o continente. Não se pode, entretanto, colocar um sinal de igualdade entre todos os países. Há distinções.

Um exemplo é a experiência na Bolívia, que além da reafirmação da democracia, defendeu o estado plurinacional. Outro é a Colômbia. A vitória sobre o antigo regime e em particular sobre o Uribismo e sua continuação em Duque, tenta dismantlar as antigas alianças, muitas delas criminosas. Petro-Francia estão diante de um enorme desafio. No Equador, mais uma vez o movimento indígena realizou uma recente greve de 17 dias e um bloqueio de estradas que obrigou o governo Lasso a negociar.

Da mesma forma, o quadro na Nicarágua, na América Central, é preocupante. Em recente manifestação, a própria Conferência manifestou-se em solidariedade a um país e uma Igreja em conflito com as autoridades daquele país: “Clamamos ao Bom Deus para que a paz e a justiça sejam alcançadas”, rogaram os bispos brasileiros diante “dos acontecimentos que têm marcado a vida da Igreja na Nicarágua”.²⁷

Toda essa conjuntura regional influencia e ajuda a compreender o quadro brasileiro e os possíveis cenários nesse segundo semestre de 2022.

4 – O Brasil no segundo semestre de 2022

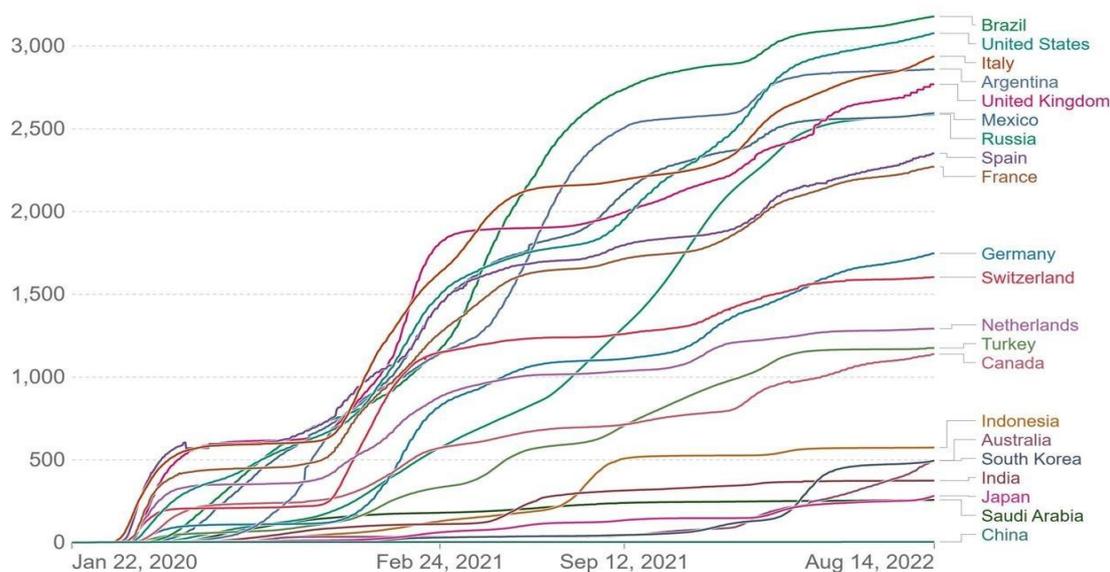
Chegamos ao segundo semestre de 2022 com muitas tensões e uma escalada de crises (econômica, social, sanitária, hídrica, ambiental e política), com muitos desafios no campo dos direitos humanos, socioambientais e da cidadania. De um lado, a conjuntura econômica, posta na última análise de junho de 2022²⁸, evidenciou a difícil retomada da atividade econômica; a explosão da dívida pública, sem contrapartida social; a dilapidação do patrimônio público em questionáveis privatizações; a supressão dos direitos sociais; o aumento da fome, da pobreza e da desigualdade social; o agravamento dos danos ambientais; o lucro excepcional dos bancos e o crescimento das fortunas de bilionários, aprofundando cada vez mais o fosso social que torna o Brasil um dos países mais desiguais do mundo.²⁹

No campo da saúde pública, a pandemia da COVID-19 no Brasil, com cerca de 685 mil mortos, é um dos piores exemplos de gestão, com um impacto entre vítimas que excedeu a maioria do resto do mundo³⁰. Veja-se o quadro em 14 de agosto de 2022³¹:

Cumulative confirmed COVID-19 deaths per million people

Our World
in Data

Due to varying protocols and challenges in the attribution of the cause of death, the number of confirmed deaths may not accurately represent the true number of deaths caused by COVID-19.



Source: Johns Hopkins University CSSE COVID-19 Data

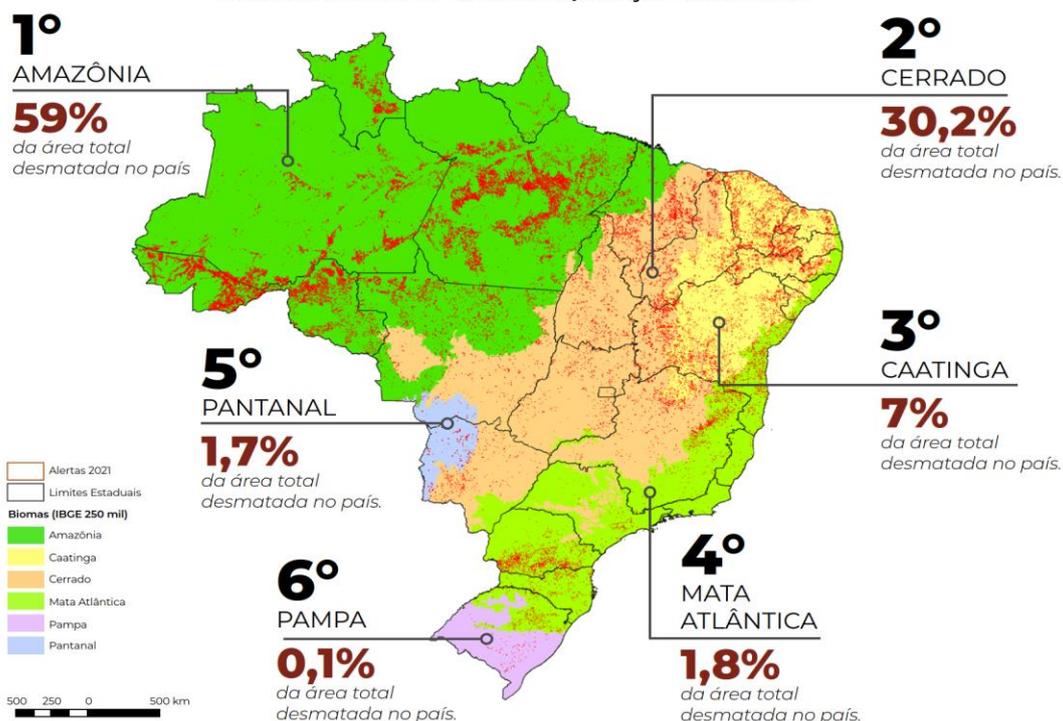
CC BY

Para complicar a sindemia que atravessamos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmou recentemente que a situação da varíola do macaco no Brasil é “preocupante”, pois o país é o quarto do mundo em número de infectados e representa 8,2% de todos os casos relatados globalmente: 3.184, de 34,7 mil³². Há ainda epidemias regionais, como a Zika e a Chikungunya, que continuam a assolar as populações mais vulneráveis, uma desnutrição sistêmica de parcela da população, especialmente crianças e idosos, e o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse caso, há um enorme processo de desfinanciamento do sistema que exige uma nova discussão da necessária política pública, avaliação do papel dos prestadores privados e como eles desempenham o atendimento à população.³³

Continuamos a desmatar os biomas, de forma alarmante. A Casa Comum está sob um ataque inédito³⁴. Veja-se o alerta acerca da realidade brasileira em 2021:

BIOMAS MAIS DESMATADOS

O desmatamento cresceu em todos os seis biomas brasileiros em 2021, na comparação com 2020



Se for levado em consideração que o Brasil perdeu 189 hectares (*ha*) por hora em 2021, isto corresponde a um estádio do Maracanã a cada 2 minutos. Somente na Amazônia em 2021 foram desmatados 111,6 *ha* por hora ou 1,9 *ha* por minuto. Isto equivale a cerca de 18 árvores por segundo.

O modelo explorador e destruidor da economia brasileira tem outro grave exemplo na mineração. Entre 1985 e 2020 a área minerada no Brasil cresceu seis vezes, segundo a mais recente análise temporal do território brasileiro feita pelo *MapBiomias*. Houve um salto de 31 mil hectares em 1985 para um total de 206 mil hectares no ano passado. Boa parte desse crescimento se deu mediante a expansão na floresta amazônica.

Em 2020, três de cada quatro hectares minerados no Brasil estavam na Amazônia. O bioma concentra 72,5 % de toda a área, incluindo a mineração industrial e o garimpo. São 149.393 *ha*; destes, 101.100 *ha* (67,6%) são de garimpo. A quase totalidade (93,7%) do garimpo do Brasil concentra-se na Amazônia. No caso da mineração industrial, o bioma responde por praticamente a metade (49,2%) da área ocupada por essa atividade no país.

Além de se concentrar na Amazônia, o garimpo caracteriza-se também pela forte expansão em anos mais recentes. A atividade garimpeira superou a área associada à mineração industrial em 2020: 107.800 *ha* contra 98.300, respectivamente. A expansão da mineração industrial se deu de forma incremental e contínua, a um ritmo de 2,2 mil *ha* por ano e sem grandes variações entre 1985 e 2020. No caso do garimpo, a situação foi outra: entre 1985 e 2009 o ritmo de crescimento era baixo, em torno de 1,5 mil *ha* por ano, mas a partir de 2010 a taxa de expansão quadruplicou para 6,5 mil *ha* por ano.

A expansão do garimpo coincide com o avanço sobre territórios indígenas e unidades de conservação. De 2010 a 2020, a área ocupada pelo garimpo dentro de terras

indígenas cresceu 495%; no caso das unidades de conservação, o crescimento foi de 301%. No ano passado, metade da área nacional do garimpo estava em unidades de conservação (40,7%) ou terras indígenas (9,3%). As maiores áreas de garimpo em terras indígenas estão em território (Terras Indígenas) Kayapó (7.602 *ha*) e Munduruku (1.592 *ha*), no Pará, e Yanomami (414 *ha*), no Amazonas e Roraima. Entre as 10 unidades de conservação com maior atividade garimpeira, oito ficam no Pará. As três maiores são a área de proteção ambiental (APA) do Tapajós (34.740 *ha*), a Floresta Nacional (Flona) do Amapá (4.150 *ha*) e o Parque Nacional (Parna) do Rio Novo (1.752 *ha*).

Em extensão de área total minerada, os três maiores estados são Pará (110.209 *ha*), Minas Gerais (33.432 *ha*) e Mato Grosso (25.495 *ha*). No caso do Pará, a maior parte dessa área é ocupada pelo garimpo (76.514 *ha*, contra 33.695 *ha* de mineração industrial). Em Minas Gerais, a quase totalidade é ocupada pela mineração industrial (32.785 *ha*). O Mato Grosso repete o padrão do Pará, com predominância do garimpo (22.987 *ha*).³⁵



Fonte: MapBiomias, 2022.

Além deste grave quadro da mineração, no caso dos povos indígenas o ano de 2021 foi marcado pelo aprofundamento e pela dramática intensificação das violências e das violações no Brasil. O aumento de invasões e ataques contra comunidades e lideranças indígenas e o acirramento de conflitos refletiram, nos territórios, o ambiente institucional de ofensiva contra os direitos constitucionais dos povos originários, conforme o relatório “Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2021”, publicação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).³⁶

No campo do trabalho e da geração de renda, a situação permanece muito grave. Apesar das recentes melhoras, há um exército de desocupados, subempregados e desalentados. Os dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), de junho de 2022, ajudam na compreensão:

Taxa de desocupação (Em %)



Fonte e elaboração: Ipea/Dimac e Ipea/Disoc.

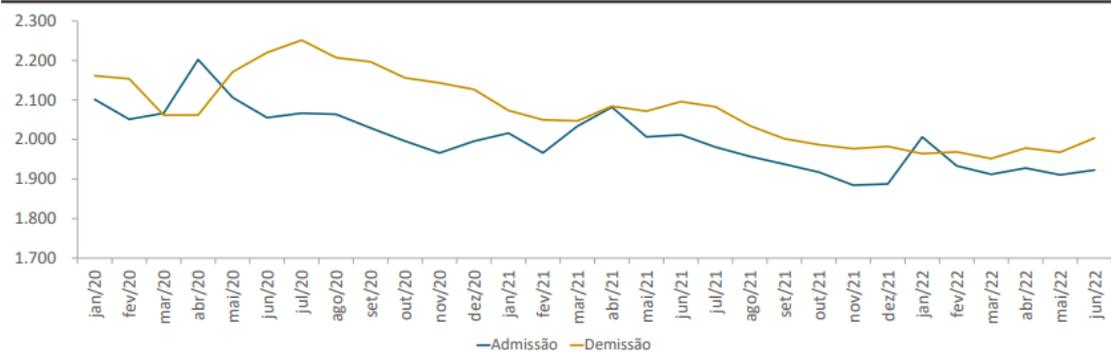
População Ocupada (Em 1.000 pessoas)



Fonte e elaboração: Ipea/Dimac e Ipea/Disoc.

Em junho de 2022, a população ocupada no país somava 98,7 milhões de pessoas, avançando 9,5% na comparação com o mesmo período do ano passado. Após o ajuste sazonal, o contingente de 101,2 milhões de ocupados, em junho de 2022, foi 1,4% maior que o observado em maio. A taxa de desocupação recuou 4,5 p.p., na comparação interanual, passando de 13,7%, em junho de 2021, para 9,2%, em junho de 2022.³⁷ A análise por grau de instrução revela que, em que pese a abertura de vagas em todos os segmentos, a grande maioria dos empregos criados nos últimos doze meses se destinou a trabalhadores com o ensino médio completo (2,0 milhões), o que corresponde a 75% do total gerado. Já o corte por faixa etária mostra que mais de 1,5 milhão de novas vagas de trabalho criadas foram ocupadas por jovens de 18 a 24 anos. Em contrapartida, houve uma destruição de 68,6 mil vagas para o segmento de trabalhadores com mais de 50 anos. Importante notar que, apesar dessa aparente melhora na ocupação, ainda existem cerca de 10 milhões de desocupados no país e a substituição de ocupação com rendimentos mais elevados por rendimentos menores continua ocorrendo regularmente, evidenciando o aumento da precarização da ocupação.

Salário médio real



Fonte: Caged/ME.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Deflator: IPCA.

Ainda no campo econômico, apesar de um pequeno aumento na taxa de inflação acumulada em 12 meses em junho em relação a maio, reduções nos preços administrados pelo governo federal vêm induzindo uma mudança de curto prazo na tendência da taxa de inflação, tendo gerado inclusive uma deflação no mês de julho. No entanto, a taxa anualizada continua em um patamar muito elevado, com efeitos diferenciados por faixa de renda. Veja-se até junho de 2022:

Inflação por faixa de renda

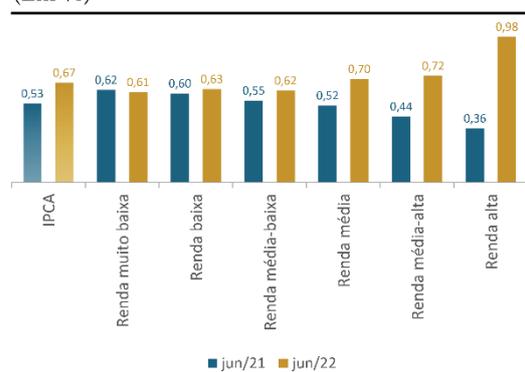
(Em %)

	Variação mensal			Variação acumulada	
	abr-22	mai-22	jun-22	Ano	Doze meses
IPCA	1,06	0,47	0,67	5,49	11,9
Renda muito baixa	1,06	0,29	0,61	5,43	12,0
Renda baixa	1,05	0,40	0,63	5,48	11,9
Renda média-baixa	1,05	0,47	0,62	5,47	12,0
Renda média	1,04	0,59	0,70	5,58	11,9
Renda média-alta	1,01	0,62	0,72	5,46	11,5
Renda alta	1,00	0,93	0,98	5,69	12,0

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

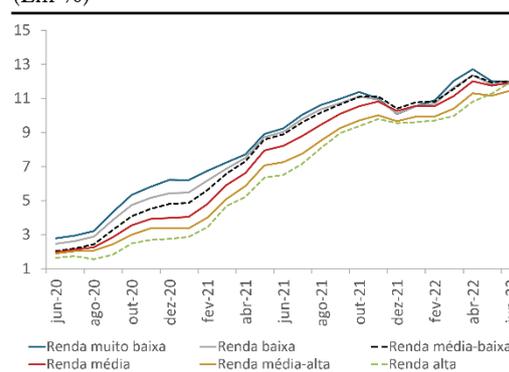
Há um esforço eleitoral do governo federal em reduzir impostos e custos de insumos para evitar que a questão da economia seja o centro da disputa em outubro de 2022, além de investir bilhões de reais no Auxílio Brasil, enquanto o Congresso Nacional manuseia emendas parlamentares que dilapidam recursos escassos em gastos eleitoreiros. Mesmo assim, os números ainda não cederam, com uma inflação em junho de 2022³⁸ com as seguintes marcas:

Inflação por faixa de renda: variação mensal
(Em %)



Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Inflação por faixa de renda: variação acumulada em doze meses
(Em %)



Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A redução da renda, o desemprego e a informalidade pavimentaram o caminho para o endividamento das famílias. Não é por falta de talento empreendedor que 66,8 milhões de brasileiros, equivalente a 41,4% da população, estejam inadimplentes, como indicado abaixo:

Evolução da inadimplência dos consumidores

Mês	Consumidores Inadimplentes (milhões)	Dívidas Negativadas (R\$ bilhões)	Dívida Média (R\$)	% da População Adulta	Gênero (milhões)	
					F	M
Jan-22	64,8	260,7	4022,5	40,3%	32,5	32,3
Fev-22	65,2	263,4	4042,1	40,5%	32,7	32,5
Mar-22	65,7	265,8	4046,3	40,8%	33,0	32,7
Abr-22	66,1	271,6	4107,3	41,0%	33,2	33,0
Mai-22	66,6	278,3	4179,5	41,3%	33,4	33,2
Jun-22	66,8	281,4	4211,8	41,4%	33,5	33,3

Fonte: SerasaExperian (2022)

Esse quadro de endividamento das famílias é severamente agravado pela elevação da taxa de juros, pelo Banco Central, justificada como forma de combater uma inflação crescente (mas que essencialmente provocada por questões associadas aos custos de produção – lado da oferta) e alheias à demanda e, portanto, um instrumento inócuo em seu propósito), que torna a taxa de juros reais brasileira a maior praticada no mundo todo, sendo mais que o dobro da segunda maior, observada no México) e que, além de transferir volumes crescentes de renda para rentistas – agentes não produtivos, sujeita a população a custos crescentes de seu endividamento, com grande pauperização destas parcelas da sociedade³⁹.

Esses dados, encontrados em qualquer diagnóstico econômico e social, são suficientes para demonstrar a pressão no nosso sistema de Seguridade Social. A pobreza e, por consequência, a fome, seria ainda mais avassaladora não fossem os sistemas públicos de transferência de renda direta. São emitidos, todos os meses, 2,1 milhões de benefícios para idosos em situação de pobreza e outros 2,59 milhões de benefícios na modalidade portador de deficiência. É esse recurso legal e, portanto, não governamental, do Programa Benefício da Prestação Continuada – BPC, de um salário-mínimo, que livra milhões brasileiros da absoluta indigência. São idosos pobres, doentes e esquecidos, crianças com microcefalia largadas aos cuidados de mães abandonadas *etc.* Gente invisível que habita as periferias urbanas e, também, os municípios pouco populosos.

Ao lado deles, e sobrepostos, existe um outro grande conjunto de vulneráveis que sobrevivem com o Auxílio Brasil. Em agosto de 2022 foram beneficiadas 20,2 milhões de famílias. O valor do benefício médio do Auxílio Brasil, em junho de 2022, foi de R\$ 210,39, passando para R\$ 607,85, em julho de 2022. Um aumento significativo não fosse o destino reservado, como veremos, de 40% do valor dos benefícios. Todos os meses, apenas para o BPC e o Auxílio Brasil, são destinados aproximadamente 18 bilhões de reais para pessoas com algum grau de vulnerabilidade. A cifra ultrapassa, por ano, duas centenas de bilhões de reais.

Total de benefícios e valor total dos benefícios do BPC e do Auxílio Brasil emitidos no mês de julho de 2022

Espécie	Quantidade	Valor total no mês (R\$)	Valor Médio (R\$)
BPC Idoso	2.166.077	2.511.895.363	1.159,65
BPC Portador de Deficiência	2.590.437	2.961.362.841	1.143,19
Rendas Mensais Vitalícias	71.010	85.843.896	1.208,90
Renda Brasil	20.200.862	12.144.301.939	607,85

Fonte: INSS (2022), MDS (2022)

Não se pode imaginar que os milhões de miseráveis, diferente dos banqueiros e financistas, devem aumentar seus sacrifícios para superar a crise e, portanto, devem ser punidos. Sabia-se bem que o endividamento, que antecede a mendicância, é um dos últimos recursos do miserável.

O miserável, antes da sala da indigência, tenta sobreviver se endividando. Será totalmente disfuncional, quando indigente, porque perde a capacidade de endividamento. O benefício social, penhorado, será repassado para instituições financeiras via crédito consignado de forma irrevogável e irretroatável. Momento de assédio aos pobres e famintos! Em quase todos os casos, os juros podem ultrapassar os 70% por ano. Isso, no entanto, não é novidade alguma. Aqui encontramos a genealogia do nosso neoliberalismo⁴⁰.

Fica evidente que a economia brasileira reagiu de forma insuficiente, especialmente nos dois últimos semestres. Setores do governo alardearam, considerando o contexto eleitoral, algum tipo de reação. Entretanto, quando a reação parte de um fundo do poço, ela não consegue sequer arranhar nossas crises, nem conter o crescimento da fome e da miséria.

Estamos, ainda, diante de um processo de “cupinização institucional”⁴¹, conceito que foi utilizado para as crises ambientais, mas que poder-se-ia utilizar para os demais campos institucionais, dos direitos fundamentais e humanos (v.g., indígenas, dos trabalhadores, dos servidores públicos, da população de rua, das populações quilombolas, dos ribeirinhos, das mulheres, dos negros, dos migrantes *etc.*).

Mesmo assim, algumas instituições resistem (como setores do Poder Judiciário) e outras sucumbem (como a parte dirigente do Ministério Público Federal). Deve-se destacar o papel de muro de contenção do Supremo Tribunal Federal (STF), e, na área eleitoral, os diversos desafios que tem enfrentado o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Diante do sistemático ataque do Presidente da República e de seus adeptos à urna eletrônica, a firme atuação do TSE e da própria população que crê na segurança do sistema eleitoral tem evitado que as eleições de 2022 sejam realizadas em um clima de desconfiança.

Os movimentos políticos deste ano têm exigido uma maior participação dos setores organizados da sociedade civil. Diante dos permanentes ataques do presidente Jair Bolsonaro à democracia e às instituições, uma proposta do Largo de São Francisco, tradicional curso de Direito da USP, em São Paulo, realizada em 11 de agosto de 2022, resultou em uma ampla mobilização de setores sociais, religiosos, organizações sindicais e empresariais em defesa da democracia: a “**Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito!**”⁴² Não somente em São Paulo, mas em todos os principais centros do país, milhares de pessoas assumiram a defesa da processo democrático, reproduzindo e atualizando a mensagem dos juristas reunidos em torno do professor Goffredo da Silva Telles Junior, que leu a “Carta aos Brasileiros” em 1977, na qual denunciava a ilegitimidade do então governo militar e o estado de exceção em que

vivíamos. A posse do Ministro Alexandre de Moraes, no TSE, no dia 16 de agosto de 2022, nesse contexto, foi outra vocalização de uma parcela da sociedade e um ato simbólico em defesa da soberania do voto e do combate às desinformações.

Nesse contexto, um importante desafio é **educar para a informação**. Há uma confusão de vozes e mensagens que nos rodeiam, aceleradas pelas redes, num misto de sociais e antissociais, pois temos ainda a necessidade de uma humanidade capaz de simular ou ser uma narração humana. No 54º “Dia Mundial das Comunicações Sociais” (2020), o Papa Francisco trouxe-nos algumas palavras e um paradoxo: a era da comunicação arrisca-se a coincidir com a da incomunicabilidade; e o triunfo dos grandes volumes de dados (“*Big Data*”) com a derrota da sabedoria necessária para ler e narrar o sentido de cada história, e com ela o significado da História. Um dos poucos personagens que ainda impactam um mundo quase sem referências e referentes, o Papa sugere o uso da comunicação para uma sabedoria de narrativas (escritas, faladas, filmadas *etc.*), tecidas de palavras, imagens, música. A memória do passado e a visão do futuro podem permitir a escolha de um caminho diferente em relação àquele que nos trouxe até aqui. Para recomençar é preciso outro caminho, outra história, outro modo de ver, de narrar, de fazer memória, de construir – narrando-o – o futuro com outros olhos.⁴³

5 – Religião e política

Um fenômeno que sempre foi presente na história sociopolítica brasileira, mas que se agudizou recentemente, está relacionado às relações entre o poder político e o poder religioso. Nos últimos tempos, observou-se um aumento da participação ativa de lideranças de diversas denominações, principalmente evangélicas, em várias instâncias e órgãos do Estado. A presente análise desse fenômeno, no entanto, não busca uma explicação a partir da teologia. Seu objetivo, compondo o horizonte panorâmico anteriormente exposto, é apresentar alguns aspectos a partir das ciências sociais, nosso campo principal de reflexão, a respeito de uma realidade que a todos desafia.

Os grupos mais engajados do atual espectro religioso que incidem em múltiplas instâncias do Estado se caracterizam por uma atuação historicamente conservadora. Vários estudos, não somente no Brasil, mas em outras partes do mundo,⁴⁴ indicam uma presença cada vez maior desses grupos religiosos buscando influir e/ou chegar ao poder. Certamente, dentre os grupos sociais que contribuíram para a chegada do atual círculo de apoio ao Presidente da República e de parcela significativa do Congresso Nacional ao poder central se encontram alguns setores das igrejas cristãs.

Este grupo de análise de conjuntura, desde o início de suas atividades, em fevereiro de 2020, tem observado a importância crescente das questões religiosas no debate sociopolítico contemporâneo, e especialmente no Brasil. Na análise de conjuntura de julho daquele ano, quando nos referimos ao projeto neoliberal, chamávamos a atenção para “um grupo de neopentecostais, tanto nas denominações evangélicas como entre os católicos, (que) se coaduna com o neoliberalismo, um modelo de Estado estruturado numa ‘economia que mata’”⁴⁵. Assim, apontávamos a necessidade de maior discussão acerca das relações entre religião e política – o que, deve-se dizer, não se pode esgotar no breve aceno que segue.⁴⁶

Em outubro de 2020, a análise de conjuntura apontava que a eleição para conselheiros tutelares daquele ano havia tornado explícita uma “batalha religiosa” em curso no Brasil. Assinalava, além disso, que nos últimos 20 anos a bancada evangélica no Congresso Nacional triplicou: a atual legislatura, conta com 195 dos 513 deputados, o equivalente a 38% do total de parlamentares. “A atual bancada evangélica é a mais governista dos últimos cinco mandatos presidenciais. 90% dos votos registrados pelos

evangélicos foram a favor do governo (Bolsonaro)”. Como prospecção, deve-se realçar o fato de que cada vez mais líderes, deputados e ministros ligados às igrejas evangélicas ocupam espaço nas áreas estratégicas do governo.

Ainda em 2020, registrávamos que a utilização da religião como plataforma de projeção de ideais e mobilização de diferentes camadas sociais – o que, notadamente, inclui o cristianismo – tem caracterizado a nova extrema-direita global.⁴⁷ As pautas morais se constituem no principal instrumento de alavancagem de candidaturas e de políticos eleitos ligados ao chamado neopentecostalismo. Vem se consolidando uma presença cada vez maior nas eleições de grupos vinculados a este universo, sejam tradicionais, novas denominações ou, ainda, de setores oriundos do catolicismo, a partir de projetos políticos de ocupação do Estado.

Ao diferenciarmos as ações do presidente Jair Bolsonaro do fenômeno conhecido como “bolsonarismo”, apontávamos, na análise de abril de 2021, que uma das características do núcleo ideológico do governo Bolsonaro é a conexão entre religião e as denominadas pautas moralistas e de costumes. Na análise de conjuntura de abril de 2022, dedicamos um item especial para discutir as relações entre religião e política. Na ocasião registrávamos que o debate religioso ganha cada vez mais destaque e protagonismo nas eleições deste ano. Quem sabe, até ultrapassando o significado que obteve em 2018. Segundo as notícias, os “pré-candidatos à Presidência criaram estruturas de campanha para atrair o voto evangélico. Ciro, Doria, Lula e Moro têm núcleos organizados com consultores dedicados especificamente a promover aproximação com eleitorado evangélico”⁴⁸.

O grande desafio, nesse contexto, é avaliar as dinâmicas da relação entre religião, política e voto, sem deixar de perceber que uma parte do eleitorado, especialmente os que se denominam “católicos”, possui uma distinção dos neopentecostais e dos evangélicos mais tradicionais que resta evidenciada nas pesquisas eleitorais em relação aos principais candidatos na disputa presidencial⁴⁹. Assim, para analisar o avanço do fundamentalismo cristão e sua crescente ocupação do Estado nas últimas décadas no Brasil, geralmente se associa tal fenômeno à expansão do Pentecostalismo e do Neopentecostalismo de matriz protestante, ainda que também se possa observar sintomas de intolerância presentes em segmentos do catolicismo.

A origem do fundamentalismo se situa no contexto do protestantismo norte-americano de matriz calvinista⁵⁰. Há algumas décadas, contudo, a expressão tem sido utilizada para classificar grupos em outras expressões cristãs e mesmo fora do cristianismo. Aqui não nos referimos às convicções geralmente relacionadas à manutenção das identidades religiosas, mas à deflagração de múltiplas formas de violência contra quem professe crença diversa. Desse modo, há *fundamentalismos* que, a partir dos anos 1970, estão associados à estreiteza e ao sectarismo⁵¹. Tais segmentos cristãos tornaram-se conhecidos por, em geral, assumirem uma pauta conservadora no campo dos costumes. Esse é o caso de frações das igrejas cristãs que, em várias partes do mundo, desenvolveram um projeto de poder engajado na política partidária, como se testemunha no Brasil.

O que, a princípio, se manifesta na adoção de uma interpretação literal das Escrituras, desconsiderando os avanços da hermenêutica no último século, acaba por desdobrar-se em concepções e, sobretudo, comportamentos intolerantes. No interior desses círculos, estabelece-se a distinção entre os que se consideram autênticos seguidores da ortodoxia religiosa e aqueles que pensam de forma diferente, geralmente tomados como infiéis, hereges, que precisam ser excluídos da fé, reconvertidos ou mesmo eliminados, ainda que simbolicamente. Em última análise, consideram a pluralidade um mal que deve ser combatido.

Do ponto de vista da sociologia da religião, o fundamentalismo evangélico deita raízes em duas concepções já bastante exploradas pelo discurso científico das últimas décadas no Brasil. Em primeiro lugar, a chamada *Teologia da Prosperidade*, para a qual a pobreza e a exclusão social são efeitos nefastos do pecado e da culpa individual. Conseqüentemente, a aceitação de Jesus levaria a uma transformação da vida material do fiel e sua libertação das “forças das trevas” (note-se a analogia entre mal, pobreza e pecado, ou entre libertação, estado de graça e prosperidade). De um lado, o sacrifício e a doação absoluta. Do outro, a retribuição divina com a prosperidade. Trata-se de um simbolismo explorado ao extremo, particularmente pelas denominações neopentecostais, e que não pode ser desprezado na interpretação das mundividências presentes no atual panorama da sociedade brasileira.⁵²

Em segundo lugar, destaca-se entre diversos grupos pentecostais um fenômeno social que pode ser descrito pela expressão *Teologia do Domínio*⁵³. Trata-se de outra faceta do *fundamentalismo*, como explícita recusa ao princípio da laicidade do Estado, predominantemente adotado desde o século XVI no Ocidente. Segundo essa concepção, os Estados nacionais devem ser governados por cristãos, pautados por uma interpretação literalista dos textos sagrados, tal como ocorre em alguns países do Oriente, como é o caso da república teocrática islâmica no Irã, ou do Afeganistão desde a retomada do poder por parte do Talibã. No campo dos simbolismos, equivalem-se política e religião na organização da vida social⁵⁴.

Quando se trata da Igreja Católica, é sempre possível cair na tentação de considerá-la um bloco monolítico, por causa da existência de uma autoridade central, o Papa, e de uma estrutura hierarquizada (bispos, padres, diáconos *etc.*). Tal interpretação, porém, mostra-se equivocada. Aliás, não por acaso a ideia de unidade na diversidade constitui um valor no catolicismo contemporâneo. Mesmo no caso brasileiro, não são poucas as expressões católicas existentes, o que levou vários sociólogos e antropólogos a observarem que, no Brasil, o catolicismo são vários catolicismos. Primeiro, por abranger toda a extensão geográfica do país com suas marcadas diferenças. Segundo, pelo fato de incluir em seus quadros e em sua demanda classes sociais distintas. Finalmente, por sua insistente tentativa de responder de maneira integrada a situações sociais, políticas e econômicas discrepantes e, mesmo, conflitantes.⁵⁵ A análise da relação entre religião e política, desse modo, não se satisfaz na leitura do cristianismo como fenômeno predominante, em sua clássica distinção entre católicos e protestantes/evangélicos. É preciso ampliar as categorias e distinguir as diferentes nuances que ora aproximam e ora distanciam grupos e pessoas, sobretudo ante um contexto marcado pelo protagonismo individual.

Com base nisso, a filosofia e as ciências sociais ajudam-nos a aclarar fenômenos de importância fulcral, mas que, no mais das vezes, passam despercebidos por nosso olhar. Entre esses, encontra-se o que o que se denominou *necropolítica*⁵⁶. Enquanto matriz geradora da ação política perpetrada por grupos mais conservadores, a necropolítica se materializa no controle dos meios para matar e através da difusão do medo de morrer⁵⁷. Mesmo que não opere a eliminação física do outro (dos outros), ataca-se a sua imagem, o que o outro representa na trama dos simbolismos sociais (como é o caso da reputação, por exemplo). Cria-se o falso antagonismo entre *nós* e eles, entre *bons* e *maus*, reforçando o antigo dualismo que nunca deixou completamente o ideário do homem ocidental. No contexto brasileiro atual, pode-se dizer que esse mecanismo de aniquilação das alteridades, expresso de variadas maneiras, atrela-se ao fundamentalismo de tipo religioso e inaugura um novo vetor para a violência, sustentado por quatro pilares:

- O primeiro deles consiste em uma agressiva militância digital que se estabeleceu e ganhou visibilidade através do eficiente uso da manipulação de informações e desinformações pelas redes digitais. Nas eleições de 2018, essa ação por meios virtuais foi peça decisiva para o sucesso da campanha eleitoral do atual presidente.
- O segundo elemento constitui aquilo que chamamos de racismo estrutural. Essa herança, que ainda determina a inferiorização da maioria da população brasileira, é instrumentalizada como mecanismo permanente de dominação. Segundo as estatísticas, são os corpos negros os mais vitimados pelas estratégias da necropolítica.
- O terceiro elemento tem caráter estético, inspirado no fascismo europeu e na sua versão local do começo do século passado (o integralismo).
- Finalmente, o quarto elemento – decisivo para esse momento de nossa análise de conjuntura – é o fundamentalismo cristão de caráter ultraconservador, que assume uma agenda moral e projetos político-religiosos comuns, e insere-se na engrenagem social como expressão de uma violência que não pode ser ignorada.⁵⁸

Podemos concluir que o papel da religião no atual momento político brasileiro não é periférico: a necropolítica, que associa grupos políticos e religiosos, tem no fundamentalismo religioso um de seus pilares fundamentais. Ao mesmo tempo, seja pelo triunfalismo e pelo desejo de um domínio completo, ou pela simbiose entre a *Teologia do Domínio* e a *Teologia da Prosperidade*, a religião se tornou interlocutora em pé de igualdade com a política.

Com efeito, mesmo que se leve em conta que a aliança entre grupos fundamentalistas católicos e evangélicos seja conjuntural e que velhos antagonismos possam ressurgir no futuro, tal aproximação é hoje fundamental para o projeto de poder de uma parte da sociedade brasileira (aquele com ideais de extrema-direita). Isso a despeito de que os religiosos extremistas tenham objetivos políticos próprios, que, em últimas contas, possam até ser destoantes entre si. Para fins de honestidade quanto ao atual panorama, vale o questionamento: em pé de igualdade com a *necropolítica*, poderá emergir uma *necrorreligião*, que se prestaria ao papel de avalista moral do ódio difundido como política pública e de governo?

6 – As eleições de outubro de 2022 e os cenários possíveis

Estamos próximos das várias eleições no Brasil de outubro de 2022. São disputas que ocorrerão em um clima de tensão, afetado por riscos de uma violência inédita no período eleitoral desde a redemocratização. Um exemplo é o caso dos profissionais de imprensa no Brasil. Nos primeiros sete meses, foram registradas 66 agressões graves, que envolvem episódios de violência física, destruição de equipamentos, ameaças e assassinatos. Esse número representa um crescimento de 69,2% em comparação com o mesmo período de 2021, que teve 39 casos⁵⁹.

Enquanto se volta a atenção à eleição presidencial, outra parte fundamental, as eleições de governadores, senadores, deputados federais e estaduais (e distritais no caso do DF) despertam pouco interesse⁶⁰. E o Congresso Nacional, por exemplo no tema ambiental, é tão relevante quanto o Poder Executivo. Investigação revela que 68% da Câmara, contribuíram para o desmonte socioambiental no país. Esses parlamentares apresentaram projetos de lei e votaram mudanças legislativas que prejudicam a fiscalização ambiental, favorecem atividades econômicas predatórias, precarizam a

legislação trabalhista, dificultam o acesso a benefícios sociais e travam a reforma agrária, dentre outros retrocessos apontados por organizações socioambientais. Os resultados mostram o poder em Brasília da Frente Parlamentar da Agropecuária, conhecida como bancada ruralista, que tem influência hoje sobre dois terços da Câmara num momento em que o Congresso assume as rédeas da agenda política nacional, em sintonia com o Executivo, e favorece a aprovação de leis antiambientais e contrárias aos direitos sociais e trabalhistas⁶¹. Ao final do primeiro turno, no dia 02 de outubro, será conhecida a composição final das casas legislativas, cujos trabalhos e deliberações, a partir de 2023, trazem muitas expectativas.

Diferentemente das eleições para o Poder Executivo, existem muitas limitações na cobertura midiática dos candidatos e candidatas ao parlamento. O número muito grande de candidaturas, especialmente para deputado federal e deputado estadual (e distrital), termina desestimulando os noticiários da televisão, que em geral ignoram esta parte do processo eleitoral. Por outro lado, a propaganda eleitoral no rádio e televisão, que se iniciou em 26 de agosto, com os concorrentes às casas legislativas se apresentando em poucos segundos, ajuda pouco na decisão do eleitorado. Por tudo isso, muitas vezes, as eleições legislativas ocupam posição secundária na decisão do voto. É necessário que o eleitor(a) procure informações sobre as candidaturas, não deixe para a última hora suas escolhas, e reflita sobre quem melhor representa suas ideias e se identifica com suas demandas.

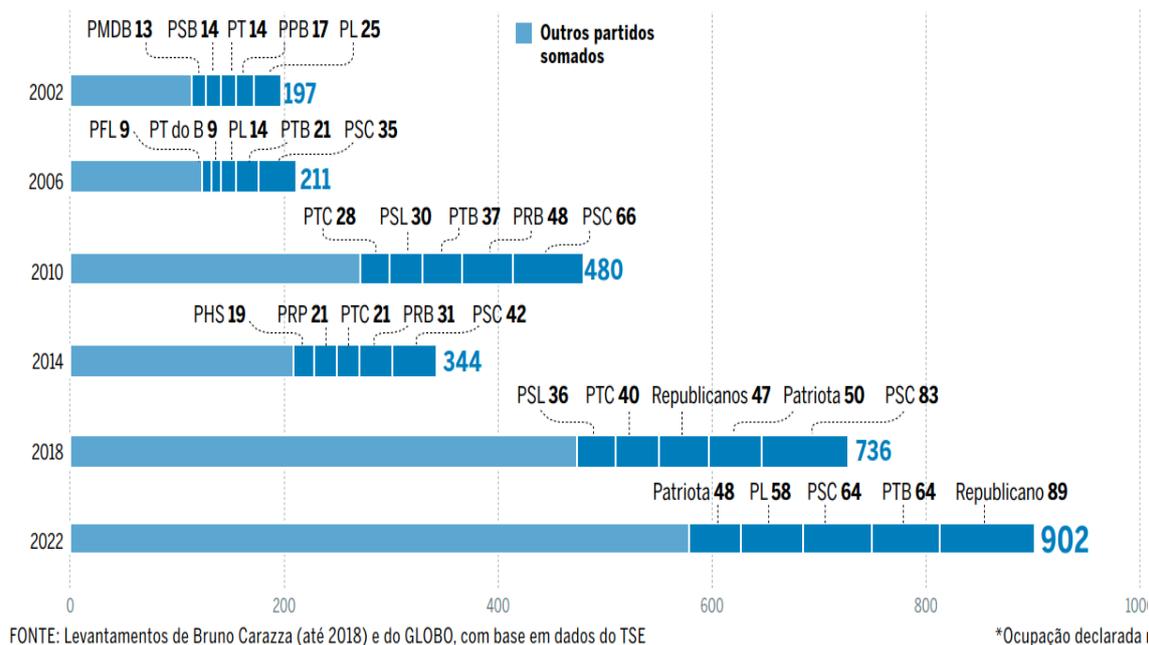
O balanço realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a respeito dos postulantes aos cargos eletivos em 2022, revela alguns avanços. O número de candidatas mulheres cresceu em termos absolutos e relativos, na comparação com as eleições nacionais de 2018⁶². Neste ano as candidaturas femininas representam 33,27% do total, enquanto em 2018 era de 31,6%. Houve aumento em relação a candidatas mulheres autodeclaradas pretas, e daquelas que se registraram como indígenas. Entretanto, a presença de candidatas mulheres ainda está distante da sua participação no eleitorado nacional, que corresponde atualmente a 52,65% da população⁶³.

Além disso, ainda segundo o TSE, ocorreu o crescimento na soma de candidatas e candidatos que se autodeclararam pretas(os).⁶⁴ Em 2022 temos um total de 1.424 candidaturas pretas e 3.462 pardas, de acordo com os registros autodeclarados. Em 2018 tínhamos, respectivamente, 937 e 2.649. Este ano a participação de candidaturas pretas e pardas representa 47% do total, número ainda abaixo daquele registrado na PNDA 2019 do IBGE (População Branca= 42,7%; Preta = 9,4%; Parda = 46,8%; Indígena = 1,1%).⁶⁵ Algumas denúncias têm surgido na mídia sobre um tipo de oportunismo eleitoral: pessoas se autodeclararam pretas no intuito de assegurar recursos do fundo eleitoral, destinadas por lei para esta parcela das candidaturas. Naturalmente que cabe aos partidos políticos, em especial seus núcleos afros, e à justiça eleitoral fiscalizar e coibir tal manobra.

No tema da relação entre religião e política, as eleições de 2022 trazem alguns dados interessantes. No total, 28.502 pessoas registraram candidatura na Justiça Eleitoral. Ao menos 902 candidatos às eleições deste ano escolheram ter um nome religioso nas urnas. Entre pastores, bispos e missionários, candidatos a deputado federal, estadual, distrital, senador e governador usarão referências cristãs nas eleições de outubro. Dos 629 que colocaram referências cristãs no nome, 366 usaram “pastor” ou “pastora”. Em seguida, as principais são “irmão” ou “irmã”, com 88 ocorrências, e “missionário” ou “missionária”, com 72 registros⁶⁶. Alguns dados sobre as urnas e as religiões:

AS URNAS E A RELIGIÃO

Candidaturas que apresentam identificações religiosas crescem 25% neste ano



E uma comparação entre as eleições de 2018 e 2022:

Comparativo entre 2018 e 2022

	2018	2022
Pastor	388	476
Sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa*	120	112
Irmão	112	96
Missionário	42	75
Bispo	25	53
Cantor (gospel ou católico)	10	26
Matriz africana	14	26
Apóstolo	13	13
Padre	18	12
Outros (evangelista, capelão, obreiro, reverendo)	9	17

Observação: O somatório das categorias supera o total de candidaturas com identidade religiosa porque parte dos candidatos se insere em duas ou mais categorias. Há ainda outros 67 candidatos que não se incluem em nenhuma das categorias acima neste ano, mas que manifestaram identidade ou ocupação religiosa em pleitos anteriores, e que também foram contabilizados desde 2002

*Ocupação declarada no registro da candidatura

Algumas premissas são importantes. Diante dos números, temos eleições grandiosas e com alguns riscos. A partir de 16 de agosto, a campanha lançou milhares de candidatos em busca do voto do eleitorado. A propaganda eleitoral nos rádios e nas televisões iniciam-se em 26 de agosto e vão até as vésperas das eleições. Os debates entre os concorrentes começaram a se organizar e, apesar de ainda tímidos, os candidatos

tentam sugerir algumas de suas posições, já que os programas de governo têm sido pouco divulgados e, menos ainda, conhecidos.

O eleitorado brasileiro (156.454.011 de eleitoras e eleitores)⁶⁷ tem um duplo político: encanto-desencanto. Muitos apostam que as eleições são uma forma de transformação da realidade e esperança. Uma parcela, noutro sentido, é mais de rejeitores que de eleitores. Nesse sentido, o “rejeitor” tende a votar no candidato menos ruim para evitar que aquele que ele detesta seja eleito. Não por razões programáticas, muito mais por questões afetivas e políticas, criadas, em grande parte, pelo fenômeno das “bolhas” de opinião. Quem pensa diferente foi transformado em inimigo, e isso é muito ruim para a maturidade institucional e o processo democrático.

A política brasileira ganhou, nos tempos atuais, muita violência institucional, simbólica e física. Em alguns redutos das inúmeras cidades do país, a disputa eleitoral convive com territórios controlados por milícias e facções do crime. Em outros territórios, o clientelismo, a compra de votos e a corrupção eleitoral continuam, em que pese o esforço da Justiça Eleitoral e da sociedade civil em conter tais condutas.

Um dos fenômenos mais insistentes e preocupantes tem a ver com o conjunto “desinformação, *fake news* e infodemia”. O termo desinformação é comumente usado para se referir a tentativas deliberadas (frequentemente orquestradas) para confundir ou manipular pessoas por meio de transmissão de informações desonestas.⁶⁸ Já as *fake news*, um oxímoro que ganhou muita visibilidade, podem ser descritas como informações fabricadas que imitam o conteúdo da mídia de notícias na forma, mas não no processo organizacional ou na intenção. Os veículos de notícias falsas carecem das normas editoriais e processos da mídia de notícias para garantir a precisão e credibilidade de informações.⁶⁹ A infodemia se refere a um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual. Nessa situação, surgem rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa. Na era da informação, esse fenômeno é amplificado pelas redes sociais e se alastra mais rapidamente, como um vírus, na forma de um enxame digital, geralmente contra pessoas individuais ou instituições, embaraçando-as ou escandalizando-as.⁷⁰

Pode-se afirmar que esse conjunto de fenômenos implicam deterioração maior da democracia. Diante de um mundo com mais informações disponíveis do que conseguimos processar, estamos sem um porto seguro para garantir que nossas perspectivas tenham algo de concreto sob elas. Nessa situação, as candidaturas dos principais candidatos buscam um controle da pauta e das narrativas sobre o Brasil e os brasileiros, sem encontrar um ponto em comum acerca de nossos problemas estruturais.

De toda forma, há uma sociedade civil que aumentou sua atuação nas eleições de 2022. A democracia representativa conta muito para se alcançar uma democracia substantiva e muitos não desejam permitir qualquer retrocesso. Há uma preocupação com os envolvimento de setores das forças armadas e de segurança pública com as eleições. Levantamento do TSE mostra que mais de 1,7 mil candidatos vinculados às polícias militar, civil, bombeiros e membros das Forças Armadas apresentaram registro no TSE até 15 de agosto. Quatro anos atrás, esse total foi de pouco mais de 1,3 mil⁷¹. Se forem destacados apenas os candidatos militares das Forças Armadas, são ao menos 329 candidatos e desse total, 45% utilizam a patente junto ao nome na campanha, prática vedada pelo Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880). Contudo, além do crescimento da presença como candidatos, há uma parte da elite militar que busca uma presença no controle do processo eleitoral, reproduzindo o equivocada discurso de poder moderador da democracia brasileira, hipótese inconstitucional e autoritária. Apesar de poucos

acreditarem nessa hipótese, uma parcela dos cidadãos e dos candidatos repetem tal absurdo, retirando qualquer caráter de institucionalidade da política brasileira.

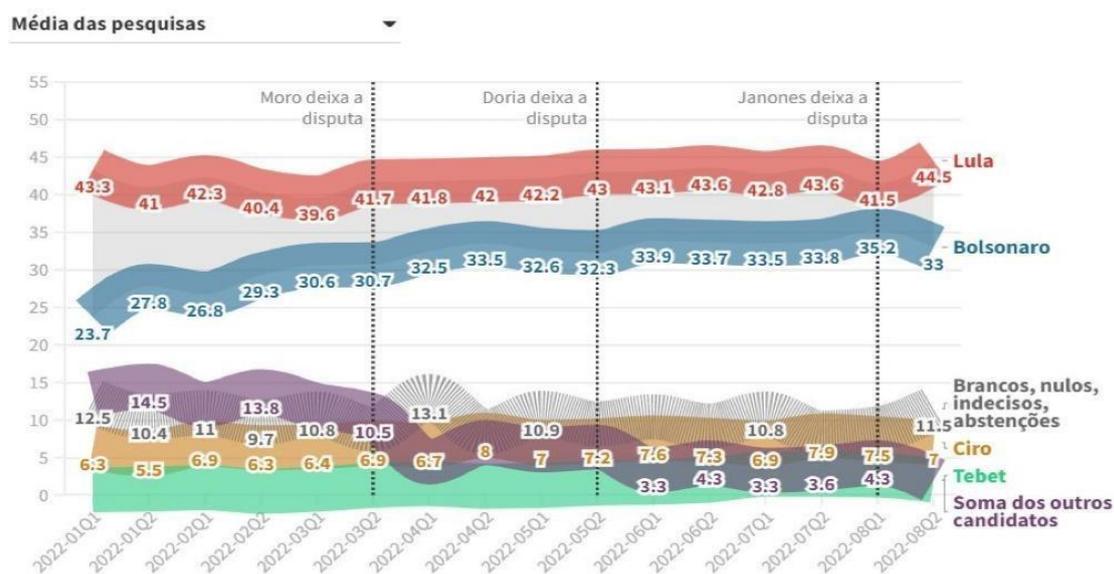
O processo eleitoral brasileiro é uma conquista civilizatória. Basta recordar o século passado, com tantas violações e violências nas eleições. Apesar de ser imprevisível o resultado, vivemos uma democracia, que necessita de debates, pluralidade, combate à desinformação, respeito à Constituição, e numa realidade em que os cristãos são convidados a participar de forma efetiva, sem manipulações religiosas nem compromissos com um projeto de neocrisandade⁷². E as instituições estão comprometidas com o principal: a soberania do voto de cada um dos eleitores brasileiros!

A primeira etapa desse processo é primeiro turno das eleições, marcado para o dia 2 de outubro. Nesta data, além das eleições proporcionais (deputados) e do Senado, serão eleitos os chefes dos executivos em disputa (estados, Distrito Federal e federal). O segundo turno ocorrerá em 30 de outubro. Há, até o momento, doze candidatos a presidente estão na disputa, entre eles o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o atual mandatário Jair Bolsonaro (PL), respectivamente primeiro e segundo colocados nas pesquisas. Há outros nomes que pontuam nas pesquisas ainda de forma inicial, pela ordem: Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB e Federação PSDB-Cidadania).

Os dois principais concorrentes têm suas diferenças, especialmente quanto ao compromisso com as regras democráticas. Entretanto, não há um debate, em decorrência da própria dinâmica eleitoral que se apresenta, sobre projetos para o país. Resta uma aparente disputa entre a nova idade média e velha modernidade. Sobram ódios políticos e ataques entre eles, cada um na sua forma e estilo. Essa batalha se apropria de conceitos como o “bem” contra o “mal”, a adoção de populismos, além das muitas e equivocadas ações que apenas aumentam a desagregação social brasileira. Há grupos, amizades e famílias separados pela clivagem política e eleitoral, num clima que não é plural e democrático.

Diante disso, como pensar o período eleitoral que se avizinha? Primeiro, alguns números. A disputa entre os candidatos às eleições presidenciais apresenta o seguinte quadro nas pesquisas de intenção de votos, em um dos agregadores de pesquisas.

Pesquisas nacionais estimuladas - 1º turno

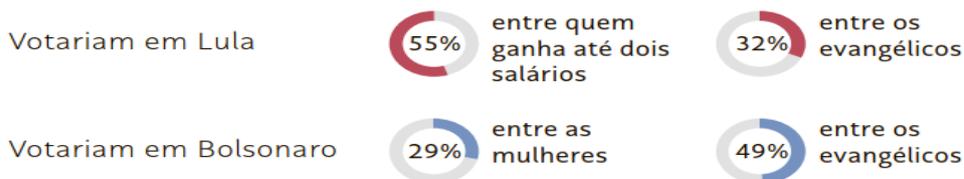
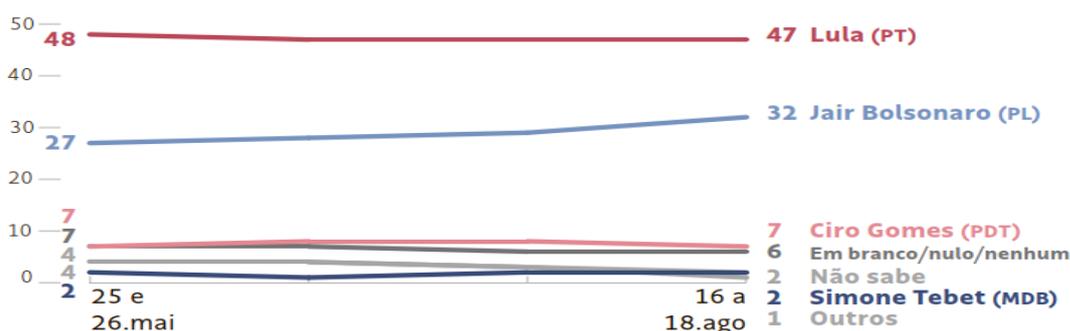


O quadro se reproduz na disputa dos governos estaduais, com relação ao apoio dos principais candidatos. Conforme levantamento, os palanques favoritos em cada estado têm uma correlação com as principais candidaturas nacionais. Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e Jair Bolsonaro, do PL, têm hoje o palanque favorito em dez estados da federação. Com relação a Lula, podem ser nove, pois há uma dúvida sobre como de fato irá se posicionar o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB). E, no caso de Bolsonaro, podem ser 11, dependendo da posição do governador Carlos Moisés, de Santa Catarina, que pode ficar neutro. Ambos disputam a reeleição.⁷³

Na última pesquisa DataFolha, de agosto de 2022, a disputa é:

Lula tem 15 pontos de vantagem sobre Bolsonaro no 1º turno

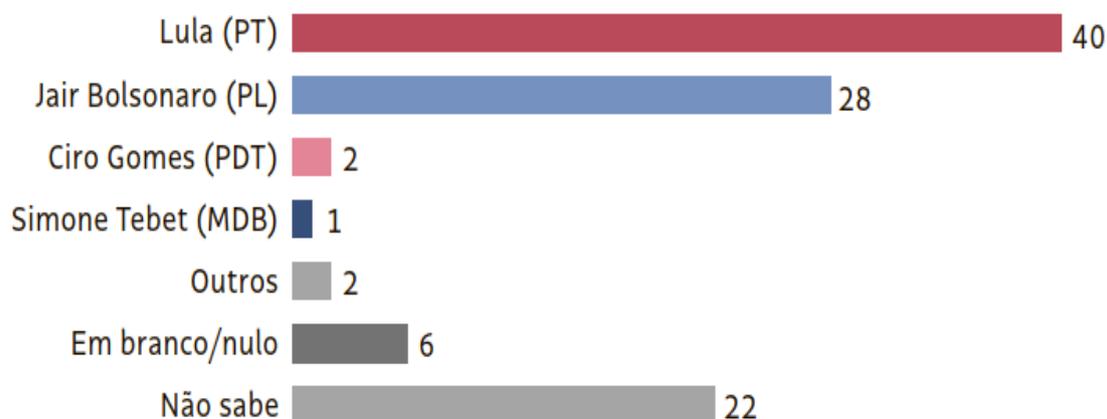
Resposta estimulada, em %



Nas pesquisas espontâneas, o quadro é:

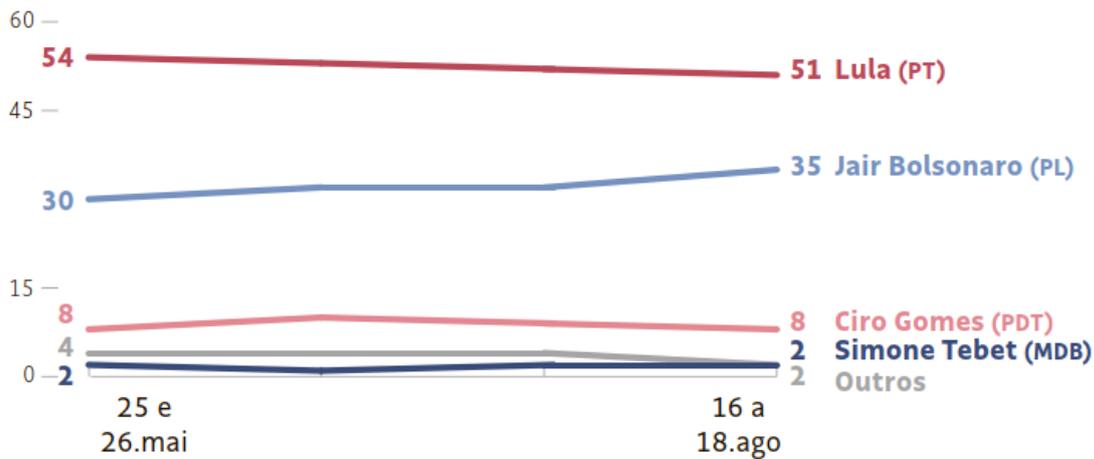
Lula lidera as intenções de voto espontâneas no 1º turno

Resposta única, em %



Uma das tendências do atual quadro é discutir se as eleições podem se resolver ainda no primeiro turno. Os dados da pesquisa apresentam o seguinte:

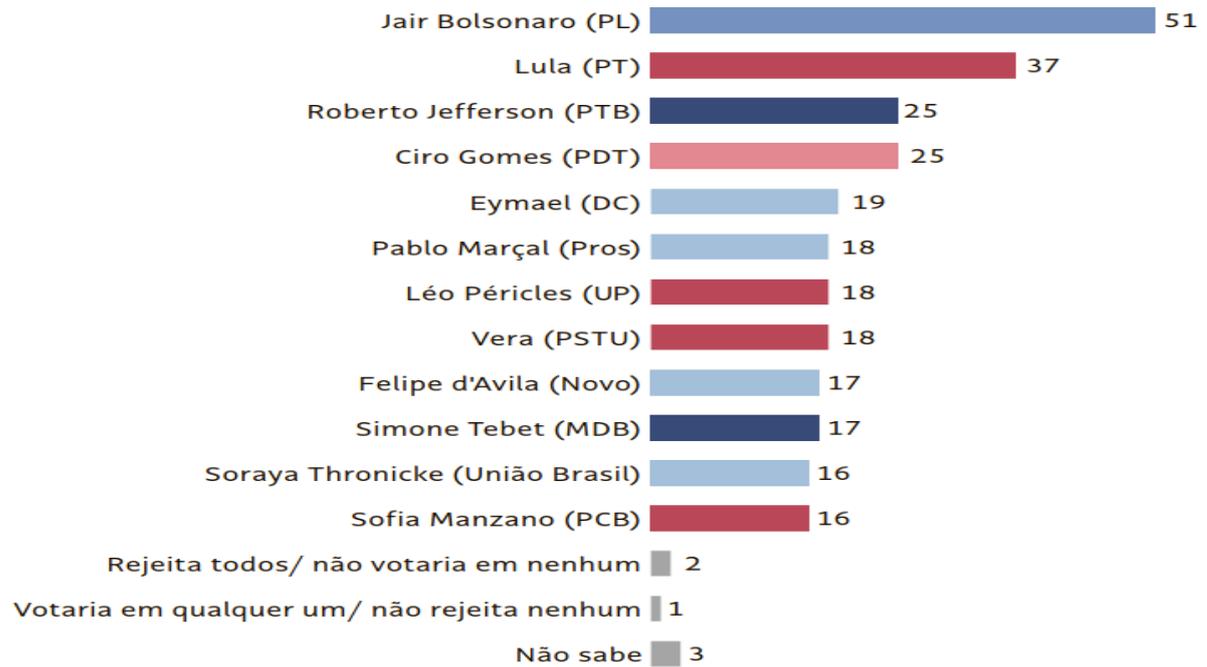
Lula tem 51% dos votos válidos no 1º turno, ante 35% de Bolsonaro
Votos válidos no 1º turno (excluindo brancos e nulos), em %



Todavia, como ainda há muito tempo pela frente, com um pouco mais de um mês antes de 2 de outubro, não se pode chegar a esta conclusão de uma forma definitiva. Estas eleições são atípicas por várias razões. Além de terem se iniciado bem antes de 2022, fosse pela permanente campanha eleitoral de Jair Bolsonaro (PL), desde que tomou posse, seja pelo retorno de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a partir do momento que deixou Curitiba e recuperou seus direitos políticos, elas têm um contexto de comparação entre dois modelos de gestão e de governabilidades, com características distintas. De um lado está o campo da democracia formal, dentro de uma tradição que se consolidou após a redemocratização. Doutro, um processo de erosão democrática, à brasileira, que avança no campo autoritário e na tentativa de alteração da ordem constitucional, até aqui contida pelos muros da política e do direito.

Outra questão, que merece maior aprofundamento, a partir dos números, é o alcance da rejeição, que na última pesquisa tem este quadro:

Bolsonaro é rejeitado por 51% dos entrevistados contra 37% de Lula
Não votariam de jeito nenhum (resposta múltipla, em %)



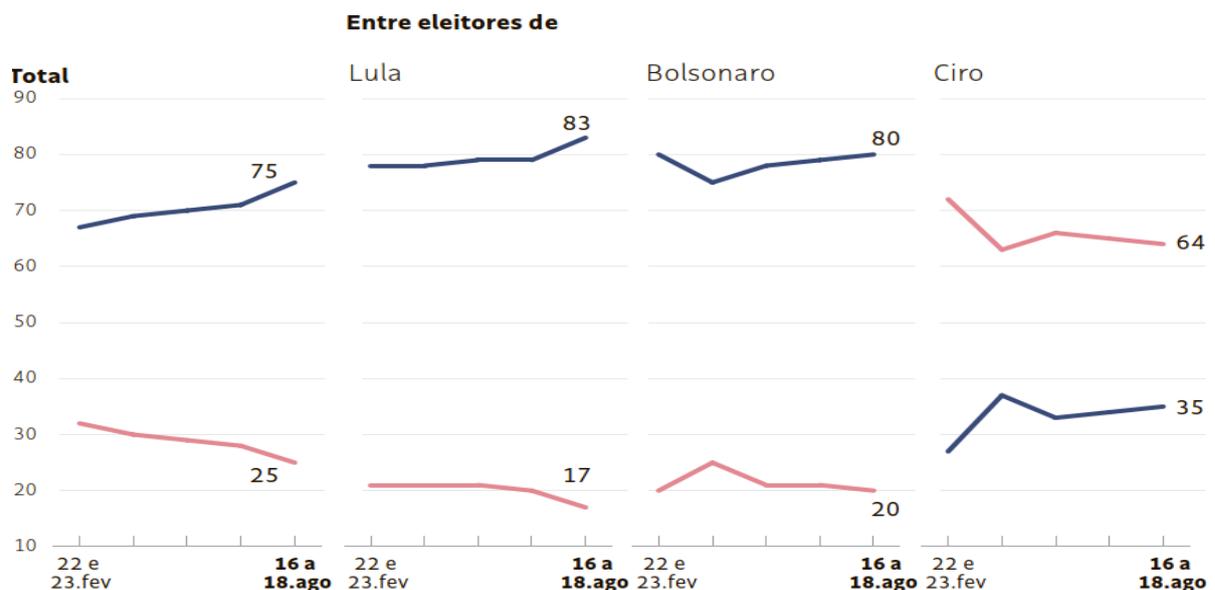
Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 5.744 pessoas de 16 anos ou mais em 281 municípios entre os dias 16 e 18 de agosto; a margem de erro é de 2 pontos percentuais e o registro no TSE é BR-09404/2022

Talvez por isso e pela complexa teia das relações políticas nesse século, de maneira surpreendente, em comparação com outras eleições dos últimos 30 anos, o eleitorado já tem uma tendência forte de voto. Veja-se:

75% dos eleitores estão decididos sobre seus votos

Em %

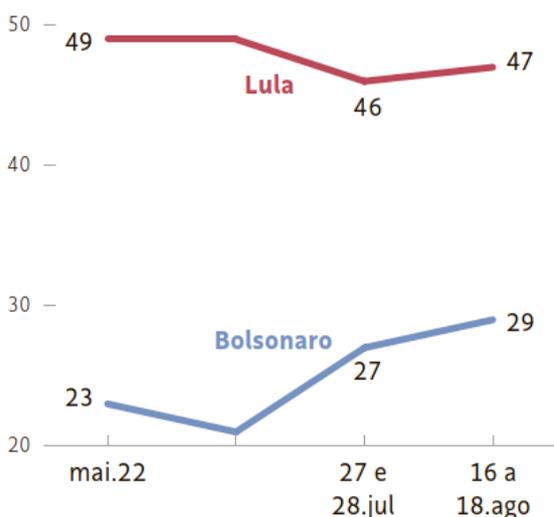
■ Está totalmente decidido ■ Voto ainda pode mudar



Quando se opta por um critério de categorias, há diferenças em alguns grupos, como as mulheres, e o voto a partir das religiões. Na última pesquisa DataFolha ficou assim:

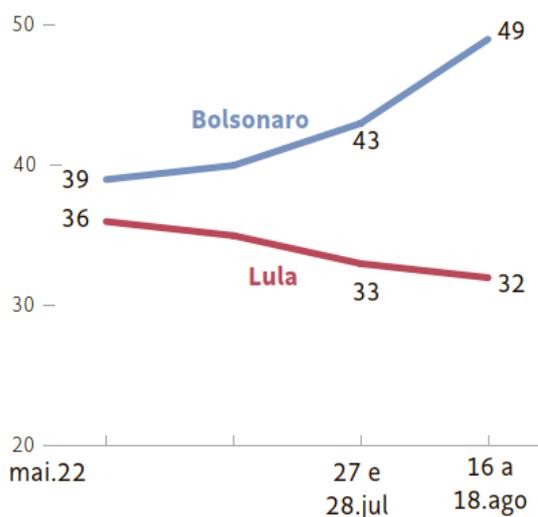
Diferença entre mulheres é de 18 pontos

Respostas estimuladas, em %



Bolsonaro amplia margem entre evangélicos

Respostas estimuladas, em %



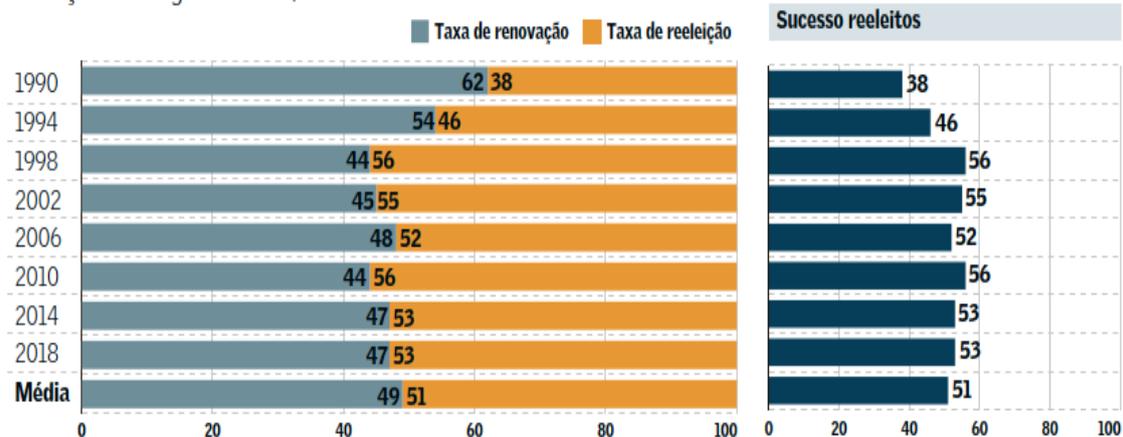
Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 5.744 pessoas de 16 anos ou mais em 281 municípios nos dias 16 a 18 de agosto; a margem de erro é de 2 pontos percentuais e o registro no TSE é BR-09404/2022

O crescimento de Bolsonaro entre os evangélicos, no último mês (49%), ampliou para 17 pontos percentuais a diferença para Lula (32%). Segundo o levantamento do DataFolha, os evangélicos representam 27% do eleitorado brasileiro. Já entre os que se declaram católicos, de acordo com a mesma pesquisa, Lula é apontado como favorito, com 52% dos votos do segmento, enquanto Bolsonaro só possui 27% de votação, nesse momento, o que indica uma liderança de 25 pontos percentuais, em um universo de eleitores que se declaram católicos que corresponde a 50% dos votantes. Os dados, nos dois casos, contrastam com o resultado geral das pesquisas, no qual Lula é a opção de voto de 47% dos eleitores brasileiros e Bolsonaro a de 32%.

Com relação ao Congresso Nacional, uma das condições de governabilidade no próximo ano, houve uma série de fatores que merecem maior atenção com relação ao passado: (a) o número de postulantes à Câmara dos Deputados cresceu quase 19,6% em relação a 2018, situação previsível dada a mudança nos incentivos provocada por inovações na legislação eleitoral ocorridas nos últimos anos; (b) o fim das coligações proporcionais trouxe outra dinâmica à disputa; (c) o desempenho proporcional é vital para cláusula de desempenho e os valores do fundo partidário e o fundo eleitoral, além do horário eleitoral, o que impõe à burocracia partidária uma maior aposta no resultado.

Reeleição e renovação na Câmara

Evolução ao longo dos anos, em %

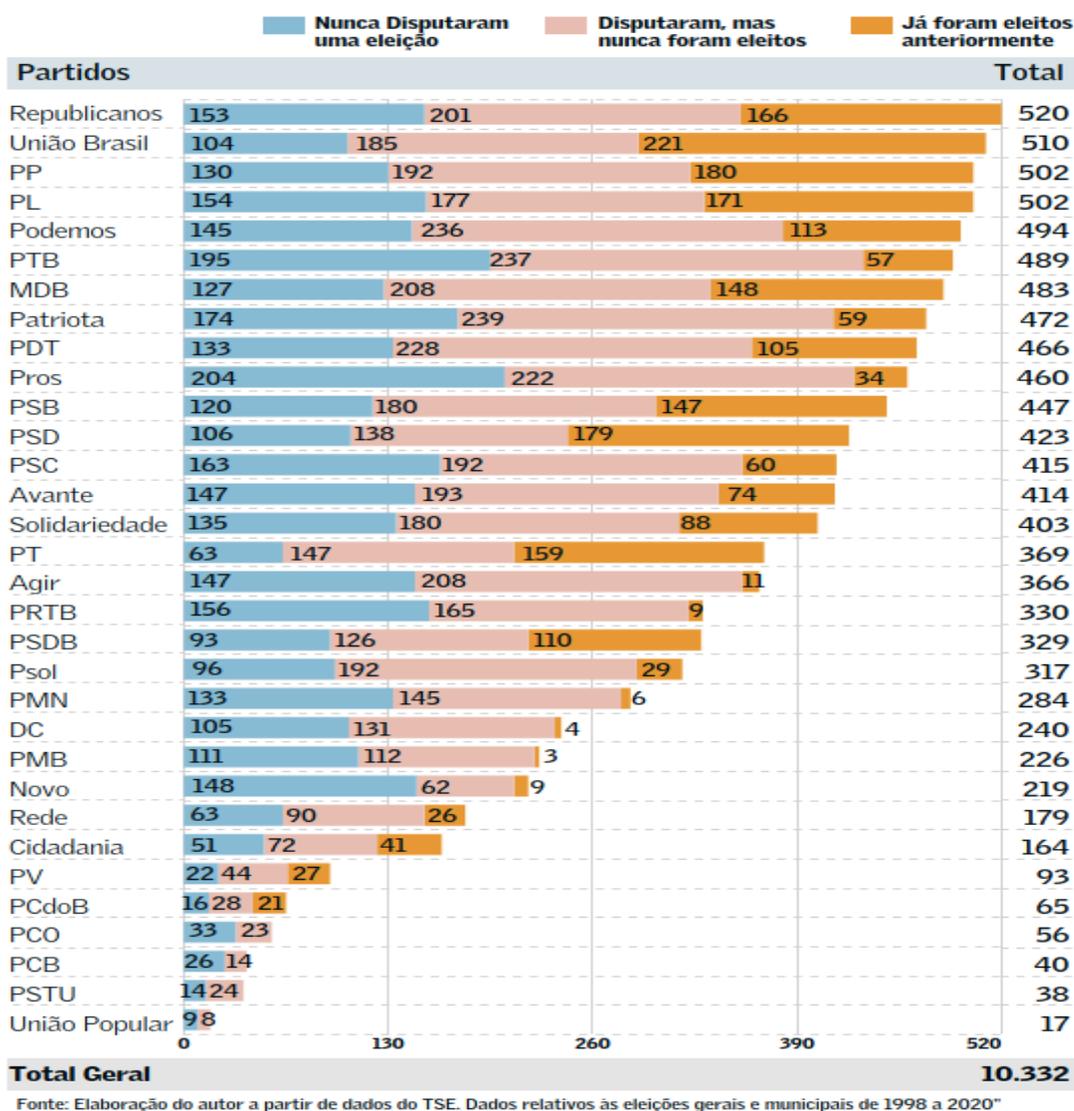


Fonte: Banco de Dados do Legislativo do Cebrap e TSE

Outro dado importante, é que a reeleição de deputados neste ano — índice recorde desde a redemocratização (88,3%, contra uma média de 80% entre 1990 e 2018), além dos fatores descritos acima, decorre de provável preferência pela partilha dos enormes recursos públicos (dos fundos partidários e eleitorais), bem como a repartição dos bilhões do orçamento, capturado na atual legislatura, o que pode ter gerado um excesso de confiança na reeleição dos atuais parlamentares.

Antiguidade é posto?

Candidatos a deputado federal em 2022 e seu histórico eleitoral



Fonte: Bruno Carazza, Valor Econômico, 22/08/2022, p. A8.

Nessa quadra, evidente que a “renovação” da política terá menor incidência nas eleições de 2022. Na verdade, na maior parte das vezes, o que muda são as elites e seus expoentes, mais que uma mudança no modelo de participação política, sem deixar de serem considerados alguns casos exemplares e importantes, ainda que muito reduzidos no parlamento brasileiro.

6.1 – Possíveis cenários

As eleições trarão ainda muitas emoções a todos os brasileiros. Exceto algo excepcional, o que não é raro na nossa história política, a tendência é uma disputa entre Lula e Bolsonaro, tanto no primeiro como no segundo turno, se os números de rejeição e intenção de votos se confirmarem nas próximas semanas.

Entre essas turbulências advenientes, setores de apoio ao atual presidente estão se articulando para manifestações em torno do 7 de setembro, tentando repetir os eventos de

2021, com um tempero maior e mais apimentado, na visão de diversos analistas, que apontam a tentativa de fortalecer uma narrativa de autogolpe se as eleições não reelegerem Jair Bolsonaro (PL). Entretanto, em 2022, a data, que é marcada sempre por diversas manifestações, como o Grito dos Excluídos,⁷⁴ que chega ao seu 28º ano com o lema “Brasil: 200 anos de (In)dependência. Para quem?”, a partir da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora, da CNBB, remete também ao bicentenário da Independência (1822), com diversas celebrações e atividades.

O desafio será insistir numa cultura de paz, serenidade e respeito ao processo democrático. As eleições e as comemorações devem ser uma festa pública e de todos. O uso dos símbolos deve acontecer para unir e não para dividir.

De toda forma, é importante destacar que as eleições não estão resolvidas. Os concorrentes têm maior ou menor chance a depender de suas capacidades de cometer maior ou menores erros na estratégia política e na conquista do eleitorado. Bolsonaro tende a perder votos quando ataca as instituições. Apesar de correr este risco, mesmo perdendo, tal postura cria muitos desafios em 2023, quando quem assumirá se verá diante de enormes desafios sociais, políticos e econômicos, com uma governabilidade cada vez mais frágil e pouco tempo para “dar certo”.

Há um sentimento de ressentimento e posição antissistema de uma parcela relevante da população brasileira. A democracia, importante e crucial, apesar de todos os avanços deste século, ainda não trouxe a superação de todos os problemas que pressionam a vida dos cidadãos. Há uma demanda por serviços, como saúde, educação, segurança pública que são extremamente difíceis de atingir, ainda mais em um país com as dimensões continentais como o Brasil, com uma grande população e muitas desigualdades. A pandemia da COVID-19 não ajudou este quadro.

Pesquisas relacionam parte desta insatisfação com os serviços públicos com a corrupção, o que reduz a níveis baixos de confiança na confiabilidade das instituições como as mídias e os meios de comunicação, o poder judiciário, as lideranças partidárias e as classes dirigentes. De toda forma, não se repetirá a tendência de líderes antissistema, como em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro, no Brasil (ou como a de Andrés Lopez Obrador, no México), em que pese a resiliência de uma parcela de seus adeptos em repetir essa narrativa, como crença e mantra.

Quem estiver dirigindo o Brasil terá pela frente inúmeros problemas estruturais, um **quadro econômico desafiador**, e muitas demandas reprimidas. Não será fácil.

Quais os possíveis **desdobramentos das eleições**? Se Bolsonaro perder as eleições o **bolsonarismo continuará vivo**. Ele tem uma presença entre novos conservadores e velhos integralistas, além daqueles que estão dentro da bolha antissistema que não se dissipará rapidamente. Assim, mesmo que perca as eleições presidenciais, sairá na posição de liderança da oposição ao governo eleito com vistas já às eleições de 2026.

Se Lula ganhar, ele terá uma opinião pública bem reativa ao seu governo. Mesmo que tenha alguns (poucos) meses de maior complacência, com dificuldades de negociar com um Congresso Nacional que ganhou força política e poder orçamentário nos últimos ciclos. Os partidos da oposição não darão trégua e forçarão, em curto espaço de tempo, uma pressão substancial por cargos e controle de recursos.

Se Bolsonaro ganhar as eleições terá mais campo para ampliar o seu modelo de gestão e suas prioridades, em especial o ataque às instituições e o desmanche dos direitos conquistados a partir da Constituição de 1988, além da possibilidade de maior controle da economia, situação que ele não alcançou por vários motivos nos seus quatro anos.

É pouco provável outra situação, mas o Brasil não se cansa de nos surpreender. De toda forma, qualquer que seja o vencedor, o Poder Judiciário, em especial o Supremo

Tribunal Federal, continuará a ser um importante ator político, com suas características e seus limites.

As eventuais crises nessas próximas semanas serão decisivas para o próximo ano. Quem aposta na tensão sabe que o que acontecer em 2022 terá enorme repercussão nos próximos anos, na democracia e nas instituições. Crises institucionais têm interessados por detrás de sua formação. E há os que sempre lucram com elas. Para evitar uma piora em um quadro já tensionado, governadores, deputados e senadores, o Poder Judiciário e importantes escalões das Forças Armadas, movimentos sociais, além da sociedade civil brasileira, deverão validar os resultados das eleições de outubro, mesmo que uma ou outra atitude mais radicalizada possa acontecer em poucos e reduzidos grupos. Se essas elites estiverem comprometidas com os interesses da maioria dos brasileiros e o bem comum é possível que o resultado fortaleça nossa institucionalidade, ao invés de piorá-la.

7 – Conclusões e sinais de esperança

Não é simples. Mas é fundamental retomar os caminhos da esperança. Mesmo com todas as dificuldades, há que se renovar a caminhada, atentos e fortes. Diante de tantos desafios, tanto estruturais como conjunturais, há alguns sinais de esperança em nosso país.

Os movimentos sociais e populares ganharam nova força e as ruas em 2022. Da mesma forma, diversas experiências comunitárias, populares e organizadas, como as experiências espalhadas pelo país da “Economia de Francisco e Clara”, a partir da inspiração do Para Francisco, têm retomado um movimento em ação transformadora de realidades e de regiões, especialmente as periferias das cidades. Por fim, graças às novas regras e à luta pela representatividade, uma maior participação das mulheres, indígenas e dos negros na política, ainda não espelhada nas eleições presidenciais, tem sido uma tendência muito forte em diversos setores e cidades.

Listamos em abril de 2022 alguns temas gerais, surgidos dos debates do grupo de análise de conjuntura, que são elencados como sugestões para fortalecer os compromissos da Conferência, suas diversas instâncias, bem como os movimentos e pastorais, os organismos do Povo de Deus e os homens e as mulheres de boa vontade, a fim de transformar compromissos em realidades. Destacamos:

- 1) **A defesa intransigente dos direitos civis e das instituições democráticas do país.** A ditadura e a violência dela decorrente, contrariam os valores ético-cristãos, corroem a sociedade e colocam em risco a pessoa humana. É exigência ética a defesa da Constituição Federal e o respeito às instituições do Estado, além da validação das eleições, de suas regras e dos resultados, decorrente da soberania do voto popular, sem desinformação, nem *fake news* ou violências, em todas as suas formas. O Brasil precisa de paz;
- 2) **A ampliação das políticas sociais e de proteção e amparo aos mais vulneráveis.** A crise política e econômica, agravada pela pandemia, está colocando em risco a sobrevivência de milhões de brasileiros, o que torna urgente a ação dos governos e a ampliação das políticas de proteção social;
- 3) **O fortalecimento de cadeias produtivas com foco nos pequenos e médios negócios,** com crédito subsidiado e renegociação de dívidas para trabalhadores, pequenos produtores, profissionais liberais e comerciantes;

- 4) **A universalização dos serviços públicos essenciais**, a partir da compreensão de que saúde, educação, saneamento e transporte público são direitos dos cidadãos e, como tais, não podem ser regidos pela lógica da mercadoria e dos mercados;
- 5) **A implantação de forte tributação sobre as grandes fortunas e sobre o rentismo**, de maneira a possibilitar a recuperação da autonomia do Estado, hoje capturado pelo mercado financeiro;
- 6) **A redução das taxas de juros e da transferência de recursos públicos ao mercado financeiro**. Ao priorizar o pagamento dos juros aos bancos e aplicadores do mercado financeiro, faltam recursos para as políticas públicas e para o fomento às atividades produtivas geradoras de empregos e renda;
- 7) **O desenvolvimento de uma política agrária e agrícola que priorize a produção de alimentos, a agricultura familiar e práticas ambientalmente sustentáveis**. A priorização dada ao setor exportador produz a fome e a carestia. Enquanto o agronegócio bate recordes de rentabilidade faltam alimentos na mesa do povo e milhões de brasileiros sobrevivem sem saber se conseguirão ter a próxima refeição.
- 8) **A proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas da nossa Casa Comum**. É imprescindível deter e reverter a degradação da terra e das florestas e a perda da biodiversidade. A gestão sustentável dos ecossistemas é fundamental à vida e ao futuro da humanidade.
- 9) **Promover a paz e a justiça**. É preciso reduzir significativamente todas as formas de violência, promover o Estado de direito e garantir a igualdade de acesso à justiça a todos os cidadãos.

Eles são importantes e merecem uma reflexão de todas e todos. Refletir para converter é uma das exigências éticas. Em 1989, no “Exigências éticas da ordem democrática”, assim estava colocado o desafio da transformação:

Permanece atual o apelo de Puebla para que a transformação das estruturas seja estimulada e seguida por verdadeira conversão dos espíritos, isto é, da consciência das pessoas e de sua mentalidade. As gritantes desigualdades, que já duram séculos, enraizaram profundamente – tanto nos privilegiados quanto nos oprimidos e destituídos de posses – hábitos mentais e formas de comportamento, de autoritarismo e de conformismo ou servilismo, de ganância ou de resignação, que devem ser transformados.⁷⁵

Que em 2022 saibamos encontrar, com diálogo e esperança, a nossa conversão e a do Brasil, para tempos mais justos, fraternos e democráticos!

NOTAS

¹ Participaram da elaboração deste texto: Dom Francisco Lima Soares – Bispo de Carolina – MA, Pe. Paulo Renato Campos – Assessor de Política da CNBB, Pe. Thierry Linard de Guertechin, S.J. (*in memoriam*), Antonio Carlos A. Lobão – PUC/Campinas, Francisco Botelho – CBJP, Gustavo Inácio de Moraes – PUC/Rio Grande do Sul, José Reinaldo F. Martins Filho – PUC/Goiás, Manoel S. Moraes de Almeida – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Marcel Guedes Leite – PUC/São Paulo, Robson Sávio Reis Souza – PUC/Minas, Tânia Bacelar – UFPE, Maria Lucia Fattorelli – Auditoria Cidadã da Dívida, Melillo Dinis do Nascimento – Inteligência Política (IP) e Ricardo Ismael – PUC/Rio. É um serviço para a CNBB. Não representa, contudo, a opinião da Conferência.

² LINARD DE GUERTECHIN, Padre Thierry. Relevância política para uma Reforma Política. In *Revista do Instituto Teológico de Santa Catarina* – IESC, ENCONTROS TEOLÓGICOS. Ano 25, Número 2, 2010, pp. 57-74. Disponível em <https://reformapolitica.org.br/2012/08/08/relevancia-politica-para-uma-reforma-politica/>. Acesso em 21 ago. 2022.

³ V.g., CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Ética: pessoa e sociedade* (31ª Assembleia Geral – 1993); *Participação popular e cidadania: a Igreja no processo constituinte*. São Paulo: Paulinas, 1990; *Por uma nova ordem constitucional*. (XXIV Assembleia Geral da CNBB). São Paulo: Paulinas, 1986; *Pronunciamentos da CNBB*. Coletânea 1985/1986. São Paulo: Paulinas, 1986. *Leigos e participação na Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1986. *Exigências cristãs de uma ordem política* (XV Assembleia Geral da CNBB). 9. ed. São Paulo: Paulinas, 1981.

⁴ CNBB. *Exigências éticas da ordem democrática* (XXVII Assembleia Geral da CNBB). São Paulo: Paulinas, 1989, Documento CNBB n. 72.

⁵ Para a CNBB, “a participação política é uma das formas mais nobres do compromisso a serviço dos outros e do bem comum. Ao contrário, a falta de educação política e a despolitização de um povo, e especialmente dos jovens, pela qual fossem reduzidos à condição de simples expectadores ou de atores de uma participação meramente simbólica, prepararia e consolidaria a alienação da liberdade do povo nas mãos da tecnocracia de um sistema”. CNBB, *Exigências cristãs de uma ordem política* (XV Assembleia Geral da CNBB). 9. ed. São Paulo: Paulinas, 1981, p. 5.

⁶ CNBB, *Por uma nova ordem constitucional*. 1986, p. 6-7.

⁷ SENRA, Álvaro de Oliveira. CNBB, democracia e participação popular (1977-1989). In *Anos 90*, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 97-120, dez. 2017.

⁸ CNBB. *Exigências éticas da ordem democrática*. 1989, p. 31-32.

⁹ Disponível em <https://www.cbnb.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Analise-de-Conjuntura-Social-OS-CLAMORES-DO-MEU-POVO.pdf>. Acesso em 21 ago. 2022.

¹⁰ CNBB. MENSAGEM AO POVO BRASILEIRO. Disponível em <https://www.cbnb.org.br/mensagem-povo-brasileiro-fe-esperanca-compromisso-vida-brasil/>. Acesso em 21 ago. 2022.

¹¹ POCHMANN, Márcio. *Desigualdade econômica no Brasil*. São Paulo: Saber Livros, 2015.

¹² Cf. PIKETTY, Thomas. *¡Ciudadanos, a las urnas! Crónicas del mundo actual*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2017, p. 9 e ss.

¹³ Cf. ZIBLATT, Daniel. LEVITSKY, Steven. *Como as democracias morrem*, Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 8.

¹⁴ Cf. CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, *Informe 2018*, Santiago de Chile, 2018.

¹⁵ Após a estagnação econômica e social que caracterizou as últimas duas décadas do século XX, o quinquênio 2004-2008 foi definido como “virtuoso” (*Latinobarómetro*, 2008). Nestes 5 anos, o Brasil assistiu, em um ambiente democrático e de respeito ao Estado de Direito, ao crescimento médio da renda per capita de 3,5% ao ano (superior aos 2,6% aa da média do século XX), com redução da pobreza e da desigualdade. A conjugação sincrônica de democracia, crescimento econômico e redução da pobreza e das desigualdades é uma coisa rara na história brasileira. No governo JK, por exemplo, houve democracia e crescimento da renda per capita de cerca de 5% ao ano, mas não redução das desigualdades.

¹⁶ Em 2007 explodiu a crise das hipotecas *subprime* ou hipotecas podres, assim chamadas porque haviam sido concedidas, com juros altos, a pessoas físicas com elevado risco de créditos. O colapso dos mercados foi tão drástico que obrigou o FED (o Banco Central dos EUA) — e o Banco central Europeu (BCE) — a injetar centenas de bilhões de dólares e a baixar as taxas de juros. Os bancos centrais entraram em águas nunca antes navegadas de política monetária e fiscal. Foram medidas de choque que não chegaram à raiz do problema: os bancos estavam infectados por produtos, criados por matemáticos financeiros, que se baseavam em créditos oferecidos a pessoas que apresentavam renda incompatível com as prestações, passado recente de inadimplência, falta de documentação adequada, ou mesmo a devedores sem patrimônio, trabalho ou renda. Eram hipotecas podres porque eram concedidas a pessoas que tinham trabalhos ‘podres’: más condições sanitárias, falta de seguro médico e violações à legislação, como pagamento abaixo do mínimo legal. Enquanto o mercado habitacional crescia irracionalmente, parecia um negócio rentável. Só

que há em 2007 explodiu a crise de liquidez e de confiança na solvência das entidades, provocando a maior depressão desde a Segunda Guerra Mundial. O *Dow Jones* fechou aquele 8 de agosto de 2007 com a maior queda em quatro anos por medo da crise hipotecária, diante da qual as autoridades não agiram com firmeza, e que acabou se tornando o pior pesadelo. O *Dow Jones* caiu a 13.270 pontos. Um bom exemplo da volatilidade dos mercados para uns, mas para outros, o caso típico de que se atingiu um nível irracional antes de outro colapso. Desapareceram do mercado o banco de investimentos *Bear Stearns*, dos fundos do *BNP Paribas*, de bancos hipotecários dos EUA e pelos problemas da maior seguradora do mundo, a *AIG*. Foi a pior calamidade financeira desde 1930. Durante seus 19 meses de duração mais de 8,7 milhões de empregos foram perdidos, mais de metade dos adultos passaram pela perda do emprego ou por corte no salário ou tiveram que trabalhar em tempo parcial. O consumo e o PIB encolheram devido à escassez de crédito e ao aumento do custo dos empréstimos. O Brasil não ficou imune aos reflexos da crise. A solidez dos bancos nacionais — historicamente mais concentrados que em outros mercados — foi, num primeiro momento, um diferencial para barrar o terremoto que balançava o sistema financeiro internacional. Mas o país iniciou um período de desaceleração na economia, puxado pela redução na demanda externa por *commodities* — muito dependentes de financiamento. A Bovespa encerrou 2008 com baixa de 41,22%, em 37.550 pontos — a segunda maior queda histórica, atrás apenas da ocorrida em 1972. Esse resultado interrompeu um ciclo de cinco anos de alta expressiva na bolsa. O movimento sísmico foi de tal envergadura que deixou exposto vários países a eventos como a quebra do euro, a crise da dívida soberana da Grécia e outras consequências políticas, como parte e na esteira do *Brexit* e do surgimento do populismo em diversos países. Mais de uma década depois, as taxas de juros são historicamente baixas, e os bancos centrais continuam comprando dívida para segurar a economia.

¹⁷ Cf. GUERRA LÓPEZ, Rodrigo. “Repensar la democracia: una mirada sobre la realidad de la democracia en América Latina con especial referencia a los países del cono sur”. Material de trabalho do “ENCUENTRO DE CATÓLICOS CON RESPONSABILIDADES POLÍTICAS AL SERVICIO DE LOS PUEBLOS LATINOAMERICANOS DEL CONO SUR”, promovido pela COMISIÓN PONTIFICIA PARA AMÉRICA LATINA e pelo CONSEJO EPISCOPAL LATINOAMERICANO, em Assunção (Paraguai), de 10 a 12 de abril de 2019.

¹⁸ Cf. CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, *Informe 2020*, Santiago de Chile, 2020.

¹⁹ Talvez seja necessário indagar se há uma percepção de fim dos tempos, com a posição que mostra como a vida do indivíduo moderno está profundamente afetada pelas disfunções burocráticas, num mundo onde as relações humanas são cada vez mais mediadas por mecanismos impessoais e algorítmicos de dominação que, antes de ser controlado pelos indivíduos, ganham autonomia sobre eles, passando a controlar suas existências. Há duas razões para oferecer esta questão. A primeira é que estamos em outro pedaço do mundo e em outras relações: uma América Latina, diferente, apesar de relacionada a este universo europeu tão evidente nos debates acima sobre as metamorfoses. A segunda, é mais complexa pois, além da diversidade de suas orientações e de seus variados contextos históricos, é possível identificar nestas correntes hegemônicas um substrato colonial que se expressa na leitura destas sociedades a partir da cosmovisão europeia e seu propósito de transformá-la à imagem e semelhança das sociedades do Norte, que em sucessivos momentos históricos serviram de modelo a ser imitado. No entanto, produziram-se igualmente outras correntes de pensamento e outras opções de conhecimento sobre a realidade do continente, a partir das margens, na defesa de formas ancestrais, alternativas, de conhecimento, expressão da resistência cultural, ou associadas às lutas políticas e/ou de mobilização popular. A descolonização do imaginário e a desuniversalização das formas coloniais do saber aparecem assim como condições de toda transformação democrática radical destas sociedades (cf. LANDER, Edgardo (Org.) *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. São Paulo: CLACSO, 2005, p. 28). Assim, traduzir o caráter agônico da modernidade europeia diretamente na realidade latino-americana não é processo simples, pois permeado pelo conjunto de relações e realidades que surgiram dos choques e das mesclas que as entremearam, muitas de caráter violento e sob condições de subordinação permanente a um imaginário colonial e a um tipo de dominação. Há um recorte epistemológico, se não existencial, bem proposto por Boaventura de Sousa Santos, que recomenda um processo de descolonização, mesmo que desigual e assimétrico, tanto no que se refere a áreas do saber como a regiões do mundo (Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 31 e ss).

²⁰ Conforme o *Documento de Aparecida*: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília, São Paulo: CNBB, Paulinas, Paulus, 2007, a mudança de época se configura pelo fato de que as mudanças acontecidas influenciam na perda da “concepção integral do ser humano, sua relação com o mundo e com Deus” (DAP 44).

²¹ De fato, no universo unipolar, os EUA emergiram até a primeira metade da década inaugural do Século XXI como um poder solitário por excelência: muito pela (a) ausência de competidores à altura; pela (b) autocontenção europeia em gastos militares; pela (c) diminuição notável da capacidade russa de aperfeiçoar

seus equipamentos em face de orçamentos restritos durante os anos 1990; como também pela (d) ausência chinesa em capacidade de projeção externa (porta-aviões ou forças aerotransportadas, por exemplo); um pouco pela (e) própria disposição dos dirigentes americanos de continuar a modernização tecnológica dos seus arsenais; mas, sobretudo, pelo (f) choque provocado pelos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e o incremento extraordinário dos orçamentos militares em seu seguimento, sem deixar de mencionar a doutrina Bush e suas implicações guerreiras desde então. Os EUA, nesse período, se distanciaram enormemente de qualquer outro competidor estratégico. Entretanto, nos anos recentes, a dimensão da unipolaridade foi substituída pela presença de potências como a China e Rússia. Especialmente elas mudaram o eixo de suas políticas externas, muito em decorrência das alterações das políticas internas, mas também dos desafios deste começo de Século XXI. Não compreender essas relações é desconhecer os novos polos das relações internacionais (Cf. TRENIN, Dmitri. *Russia's Asia strategy: Bolstering the eagle's eastern wing*. In: *Russie. Nei Visions*, n. 94, Instituto Francês de Relações Internacionais (Ifri), Paris: jun. 2016).

²² A crise econômica de 2008, a pandemia e as guerras mudaram uma perspectiva de um modelo de “globalização” dominante. A globalização promoveu uma transformação do ordenamento econômico e em certo aspecto uma redistribuição de forças dentro do sistema capitalista, graças ao crescente aumento de poder do lado financeiro em detrimento do lado real, promoveu crescente desindustrialização das economias, em especial a americana e a latino-americana, o que reduziu o poder de barganha dos trabalhadores e, conseqüentemente, sua capacidade de obter maior salários. Mas há novos atores e isto mudou. Na última década, e mais particularmente nos últimos anos, que o mundo vem assistindo a ascensão da China como potência militar regional; à reconstrução acelerada do poder militar global da Rússia; à fragmentação e ao declínio do poder global da União Europeia (UE), junto com o ocaso da Grã-Bretanha como potência individual; além do crescimento da presença miliar da Rússia, no leste europeu, e do Irã no Oriente Médio; o afastamento da Turquia com relação aos seus aliados da OTAN; e, num nível mais baixo de importância global, a perda de importância internacional do Brasil por conta do atual governo federal. Cf. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? Novos Estudos*, São Paulo, n. 86, p. 51-72, mar. 20. PINTO, E.; GONCALVES, R. *Globalização e poder efetivo: transformações globais sob efeito da ascensão chinesa. Economia e Sociedade*, Campinas, v. 24, 2015. Numa perspectiva histórica ver: ALMEIDA, Paulo Roberto de. “As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização”. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.), *Relações internacionais: dois séculos de história*, vol. II: *Entre a ordem bipolar e o policentrismo (1947 a nossos dias)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, IBRI; Fundação Alexandre de Gusmão, FUNAG; Coleção Relações Internacionais, 2001, vol. II, pp. 91-174.

²³ A partir dos anos 1970, o mundo assistiu, nas economias capitalistas, o crescimento do número de transações e riqueza em ativos financeiros, de forma exponencial, provocando desdobramentos e distorções em escala global. O sistema capitalista progressivamente ficou mais instável e recorrentemente em crises financeiras, num quadro de “surgimento de uma massa cada vez mais excepcional de riqueza fictícia a circular, nacional e internacionalmente, nas diferentes praças financeiras do mundo”, cf. BRAGA, José Carlos et al. Por uma economia política da financeirização: teoria e evidências. *Economia e Sociedade*, v. 26, p. 829-856, 2017. Ocorre, neste início da terceira década do século 21, processo de comoditização monetária que pode estar encerrando meio século de funcionamento da economia global baseada no dólar e subscrita por ativos financeiros. O aparecimento de moedas lastreadas em commodities parece apontar para o enfraquecimento da fase de predomínio de moedas fiduciárias, sem garantias ou conversibilidade real, que não seja meramente financeira. Em termos técnicos, é a possibilidade da definição do novo marco monetário internacional, uma espécie de Bretton Woods III. Cf. POCHMANN, Márcio. *Pochmann: O fim da financeirização?* Disponível em <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/pochmann-o-fim-da-financeirizacao/>. Acesso em 17. ago. 2022.

²⁴ Em essência, “o neoliberalismo é baseado no uso sistemático do poder do Estado, sob o véu ideológico da ‘não intervenção’, para impor um projeto hegemônico de recomposição da ordem capitalista em cinco níveis: a alocação de recursos domésticos, a integração econômica internacional, a reprodução do Estado, a ideologia e a reprodução da classe trabalhadora”. Cf. SAAD FILHO, Alfredo. *Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo? Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. Vol.1, N.º. 3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011, p. 6. Uma evidência desta crise do neoliberalismo decorre dele aprofundar eventuais crises e choques na economia, ao desmantelar serviços essenciais para a população em situações conjunturais como a recente pandemia. Se por um lado não podemos delegar diretamente a crise sanitária ao neoliberalismo, indiretamente padecemos com suas conseqüências – uma vez que refletem a condição de sistemas de saúde dependentes da rentabilidade financeira e de nossas sociedades profundamente desiguais. Cf. PEROZO-SUÁREZ, Daniel Alberto; SILVA; Vinícius Figueiredo. *Neoliberalismo e instabilidade política na América Latina: um olhar histórico-analítico*. XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & 15ª CONFERÊNCIA

INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. Varginha (MG), 15 a 17 de novembro de 2021. Disponível em <https://www.abphe.org.br/arquivos/abphe2021-perozo-suarez-silva-neoliberalismo-e-instabilidade-politica-na-america-latina.pdf>. Acesso em 17. ago. 2022. Para a relação entre neoliberalismo e psicopoder, ver HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Áyiné, 2018.

²⁵ Francisco: “Devo acrescentar também que o que está acontecendo agora na Ucrânia, nós o vemos dessa forma porque está mais próximo de nós e toca mais a nossa sensibilidade. Mas há outros países distantes - pensemos a algumas partes da África, ao norte da Nigéria, ao norte do Congo - onde a guerra ainda está em curso e ninguém se importa. Pensem em Ruanda 25 anos atrás. Pensem em Mianmar e nos Rohingya. O mundo está em guerra. Alguns anos atrás me ocorreu dizer que estamos vivendo a terceira guerra mundial em pedaços e em bocados. Então, para mim, hoje, a Terceira Guerra Mundial foi declarada. E isso é algo que deveria nos fazer pensar. O que está acontecendo com a humanidade que já teve três guerras mundiais em um século? Eu vivo a Primeira Guerra em memória do meu avô no Piave. E depois a Segunda e agora a Terceira.” Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/619519-o-papa-afirma-que-a-terceira-guerra-mundial-foi-declarada-e-que-o-conflito-na-ucrania-talvez-tenha-sido-provocado>. Acesso em 17 ago. 2022.

²⁶ SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, mai./ago. 2014.

²⁷ Disponível em <https://www.cnb.org.br/presidencia-cnbb-carta-unicidade-solidariedade-igreja-nicaragua/>. Acesso em 17. ago. 2022.

²⁸ Disponível em <https://www.cnb.org.br/wp-content/uploads/2022/06/CONSELHO-PERMANENTE-Por-que-a-economia-brasileira-esta-estagnada-apesar-de-nossas-imensas-potencialidades.pdf>. Acesso em 17. ago. 2022.

²⁹ *Idem*.

³⁰ Por exemplo, no Peru, a taxa de óbitos por milhão de habitantes é de 6.350 – Brasil é o 16º país com maior taxa de mortalidade por COVID-19 no mundo, mas nenhum com uma população com mais de 35 milhões de habitantes.

³¹ Disponível em: <https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer>. Acesso em 17. ago. 2022.

³² Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/08/17/oms-brasil-vive-tendencia-preocupante-com-variola-do-macaco.htm>. Acesso em 17. ago. 2022.

³³ Ver: Como o CNS quer vencer o desfinanciamento do SUS. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2569-como-o-cns-quer-vencer-o-desfinanciamento-do-sus>; Novos artifícios para desfinanciar o SUS. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasaude/os-novos-artificios-para-desfinanciar-o-sus>. Acessos em 21. ago. 2022.

³⁴ Disponível em https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/rad2021/RAD2021_Completo_FINAL_Rev1.pdf. Acesso em 17. ago. 2022.

³⁵ Todos os dados são do MapBiomas. Disponível em <https://mapbiomas.org/area-ocupada-pela-mineracao-no-brasil-cresce-mais-de-6-vezes-entre-1985-e-2020>. Acesso em 17. ago. 2022.

³⁶ Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/08/relatorioviolencia2021/>. Acesso em 22. ago. 2022.

³⁷ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/mercado-de-trabalho/>. Acesso em 17. ago. 2022.

³⁸ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/07/inflacao-por-faixa-renda-junho2022/>. Acesso em 17. ago. 2022.

³⁹ Líder em ranking mundial de juros reais, Brasil tem mais do dobro da taxa do 2º colocado. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/03/lider-em-ranking-mundial-de-juros-reais-brasil-tem-mais-do-dobro-da-taxa-do-2o-colocado.ghtml>. Acesso em 22. ago. 2022.

⁴⁰ Cf. ARRAIS, Tadeu Alencar. A cidadania sacrificial. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/cidadania-sacrificial/>. Acesso em 17. ago. 2022.

⁴¹ Em março de 2022, a ministra do STF, Carmén Lúcia, ao proferir voto em ações que colocam em pauta o desmatamento da Amazônia, falou da responsabilidade das instituições no cuidado do meio ambiente e classificou como “cupinização” o movimento institucional que, subliminar e internamente, vai desmontando medidas que protegem a natureza. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/362907/carmen-lucia-fala-da-cupinizacao-institucional-do-meio-ambiente>. Acesso em 17. ago. 2022.

⁴² Disponível em: <https://direito.usp.br/noticia/3f8d6ff58f38-carta-as-brasileiras-e-aos-brasileiros-em-defesa-do-estado-democratico-de-direito>. Acesso em 17. ago. 2022.

⁴³ Disponível em http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20200124_messaggio-comunicazioni-sociali.html. Acesso em 17. ago. 2022.

⁴⁴ LLORENTE & CUENCA. Mudança religiosa na América Latina, presente, passado e futuro. Disponível em: [https://ideas.llorenteycuenca.com/publico/140925_dmasi_relatorio_especial Mudan%C3%A7a religioa na Am%C3%A9rica Latina BR.pdf](https://ideas.llorenteycuenca.com/publico/140925_dmasi_relatorio_especial_Mudan%C3%A7a_religioa_na_Am%C3%A9rica_Latina_BR.pdf). Acesso em 17. ago. 2022.

⁴⁵ “Os seres humanos e a natureza não devem estar ao serviço do dinheiro. Digamos não a uma economia de exclusão e desigualdade, onde o dinheiro reina em vez de servir. Esta economia mata. Esta economia exclui. Esta economia destrói a Mãe Terra.” (Discurso do Papa Francisco aos movimentos populares em Santa Cruz de La Sierra, em 09/07/2015).

⁴⁶ Neste sentido, vale registrar que, “Como bem assinala o teólogo Allen Dwight Callahan, ‘a tendência persistente do evangelismo é pactuar com o domínio do capitalismo e dos seus catalizadores políticos. A tendência geral, aliás, é para os evangélicos ajustarem sua fé e prática à economia política do capitalismo, por vezes reconhecendo as contradições perversas, nunca resolvendo-as. Nesse sentido, a religião evangélica negocia essas contradições em troca de um armistício precário com o regime capitalista. Atualmente, o evangelismo acomoda um capitalismo voraz e destrutivo, e endurecido em suas formas cada vez mais misantrópicas e cleptocráticas, perpetrando crimes flagrantes.’”. Fonte: artigo de Frei Betto disponível em: <https://domtotal.com/artigo/10053/2022/07/religiao-e-eleicao/>. Acesso em 17. ago. 2022.

⁴⁷ Aliás, como revelou o vaticanista Iacopo Scaramuzzi em um livro intitulado *Dio? In fondo a destra – perché i populismi sfruttano il cristianesimo* (em tradução literal, “Deus? No fundo à direita – Porque os populismos desfrutam do cristianismo”), cuja capa estampa quatro dos principais expoentes desse fenômeno: Matteo Salvini (líder de partido da extrema-direita italiana), Donald Trump (então presidente dos Estados Unidos da América), Jair Bolsonaro e Vladimir Putin.

⁴⁸ Cf. página 16.

⁴⁹ Como bem observa a antropóloga Regina Novaes, “Ainda que a religião produza efeitos políticos, a dimensão religiosa não pode ser pensada como uma força política, entre outras. Com seu simbolismo verbal e ritual, além de fornecer sentido para a vida, a religião oferece também consolo para o sofrimento e sentido para a morte. Essa é sua especificidade. Mas reconhecer tal especificidade não significa reificar a oposição entre religião e política. As fronteiras não são estanques: religião e política convivem na vida privada e na esfera pública. Mas justamente para compreender as convergências e as disputas entre religião e política, é preciso atentar para as diferenças existentes entre essas duas dimensões da vida social”. Fonte: “Religião e política dilemas contemporâneos”. Texto da professora Regina Novais disponível em https://nesp.pucminas.br/wp-content/uploads/2021/12/Contextus-048-dez2021_compressed.pdf. Acesso em 17. ago. 2022.

⁵⁰ VASCONCELLOS, Pedro Lima: *Fundamentalismos. Matrizes, Presenças e Inquietações*. São Paulo, Paulinas, 2008

⁵¹ Cf. CUNHA, Magali do Nascimento. *Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação*. Salvador – BA: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2020. Disponível em <https://fld.com.br/wp-content/uploads/2020/11/FundamentalismosPT.pdf>. Acesso em 17. ago. 2022.

⁵² PASSOS, João Décio. *Pentecostais: origens e começo*. São Paulo: Paulinas, 2005. (Coleção temas do Ensino Religioso)

⁵³ Cf. CUNHA. Idem.

⁵⁴ Cf. Guadalupe, José L. P., Grundberger, Sebastian (Eds.). (2019). *Evangélicos y Poder en America Latina* (2 ed.) Instituto de Estudios Social Cristianos (IESC)/ Konrad Adenauer Stiftung (KAS).

⁵⁵ Cf. PIERUCCI, Antônio Flávio. “É fácil ser católico”. In: F. Teixeira & R. Menezes (orgs.). *Catolicismo plural: dinâmicas contemporâneas*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

⁵⁶ Cf. MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. In: Arte & Ensaios: Revista do ppgav/eba/UFRJ, n. 32, p. 123-151, dezembro 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>>. Republicado em: *Necropolítica*. São Paulo: Editora N-1, 2018.

⁵⁷ Cf. PIEPER, F.; MIGUEL, M.; MENDES, D. *Necropolítica e sua lógica sacrificial em tempos de pandemia*. *Estudos Teológicos*, [S. l.], v. 60, n. 2, p. 533–553, 2021. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/ET/article/view/55>. Acesso em 09 jul. 2022.

⁵⁸ Segundo Pieper *et al.* “O conceito morrer e matar são extremamente flexíveis em um país como o Brasil, onde as desigualdades sociais são naturalizadas” e “morrer e matar, nesses contextos, apontam a ambivalência da violência que justifica o morrer e matar”.

⁵⁹ ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo). Violência grave contra jornalistas aumentou 69,2% em 2022. Disponível em: https://www.abraji.org.br/noticias/violencia-grave-contra-jornalistas-aumentou-69-2-em-2022?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=whatsapp&utm_term=whatsapp. Acesso em 17. ago. 2022.

⁶⁰ SCHERER, Odilo. Votar em quem? Disponível em: <https://osaopaulo.org.br/colunas/votar-em-quem>. Acesso em 17. ago. 2022.

⁶¹ REPÓRTER BRASIL. Ruralômetro: 68% da Câmara vota contra meio ambiente, indígenas e trabalhadores rurais. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/08/ruralometro-68-por-cento-da-camara-vota-contr-meio-ambiente-indigenas-e-trabalhadores-rurais/>. Acesso em 17. ago. 2022.

⁶² Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/08/16/numero-de-mulheres-candidatas-e-o-maior-das-ultimas-tres-eleicoes-gerais.ghtml>. Acesso em 24. ago. 2022.

⁶³ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/eleicoes-2022-mulheres-sao-a-maioria-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em 24. ago. 2022.

⁶⁴ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/903705-aumenta-numero-de-candidatos-pretos-e-pardos-para-a-camara-dos-deputados/>. Acesso em 24. ago. 2022.

⁶⁵ Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-corouaca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amarelos%20ou%20ind%20C3%ADgenas>. Acesso em 24. ago. 2022.

⁶⁶ PORTELA, Júlia. De pastor a bispo: número de candidatas com nomes religiosos cresce em 2022.

Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2022/de-pastor-a-bispo-numero-de-candidatos-com-nomes-religiosos-cresce-em-2022>. Acesso em 24. ago. 2022.

⁶⁷ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/brasil-tem-mais-de-156-milhoes-de-eleitoras-e-eleitores-aptos-a-votar-em-2022-601043>. Acesso em 24. ago. 2022.

⁶⁸ UNESCO. Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>. Acesso em 24. ago. 2022.

⁶⁹ CARNEIRO, Érica Mariosa. Fake News, Desinformação e Infodemia. Qual a diferença? Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mindflow/fake-news-desinformacao-e-infodemia-qual-a-diferenca/>.

Acesso em 24. ago. 2022.

⁷⁰ HAN, Byung-Chul. *No enxame*: perspectivas do digital. Petrópolis-RJ: Vozes, 2018, p. 25-31.

⁷¹ TSE. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao/home?session=16205132970456>. Acesso em 24. ago. 2022.

⁷² Esse conceito define uma Igreja Católica brasileira que passaria a ser mais atuante no cenário político, social e cultural brasileiro. Para Dom Sebastião Leme, grande idealizador do projeto da Neocristandade, no século passado, o catolicismo não deveria ficar recluso ao âmbito privado, mas sim, exercer sua influência também nos outros segmentos da sociedade. Ver MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil* (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 47.

⁷³ LAGO, Rudolfo. Lula e Bolsonaro empatam em número de palanques favoritos nos estados. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/lula-e-bolsonaro-empatam-em-numero-de-palanques-favoritos-nos-estados/>. Acesso em 17. ago. 2022. Veja-se a correlação: ACRE Gladson Cameli (PP) – BOLSONARO (Real Time Big Data – 12 de julho); RORAIMA Teresa Surita (MDB) – SIMONE TEBET (Real Time Big Data – 7 de julho); RONDÔNIA Marcos Rocha (União Brasil) – BOLSONARO (Real Time Big Data – 12 de julho); AMAPÁ Jaime Nunes (PSD) – BOLSONARO (Instituto Doxa – 3 de agosto); AMAZONAS; Wilson Lima (União Brasil) – BOLSONARO (Instituto Iveritas – 5 de agosto); PARÁ Helder Barbalho (MDB) – SIMONE TEBET OU LULA (Real Time Big Data – 22 de julho); TOCANTINS Wanderlei Barbosa (Republicanos) – BOLSONARO (Real Time Big Data – 3 de agosto); MARANHÃO Carlos Brandão (PSB) – LULA (Instituto Econométrica/O Imparcial – 25 de julho); PIAUÍ Rafael Fonteles (PT) – LULA (Instituto Amostragem – 19 de julho); CEARÁ Capitão Wagner (União Brasil) – BOLSONARO (Paraná Pesquisas – 15 de agosto); RIO GRANDE DO NORTE Fátima Bezerra (PT) – LULA (Real Time Big Data – 12 de julho); PARAÍBA João Azevedo (PSB) – LULA (Instituto Opus – 6 de julho); PERNAMBUCO Marília Arraes (Solidariedade) – LULA (Pesquisa Ipec – 15 de agosto); ALAGOAS Paulo Dantas (MDB) – LULA (Pesquisa Data Sensus – 15 de agosto); SERGIPE Rogério Carvalho (PT) – LULA (Real Time Big Data – 8 de agosto); BAHIA ACM Neto (União Brasil) – SORAYA THRONICKE OU NEUTRO (Paraná Pesquisas – 15 de agosto); MATO GROSSO Mauro Mendes (União Brasil) – BOLSONARO (Real Time Big Data – 14 de junho); MATO GROSSO DO SUL André Puccinelli (MDB) – SIMONE TEBET (Instituto Novo Ibrape – 5 de agosto); DISTRITO FEDERAL Ibaneis Rocha (MDB) – BOLSONARO (Pesquisa Ipec – 15 de agosto); GOIÁS Ronaldo Caiado (União Brasil) – SORAYA THRONICKE OU NEUTRO (Real Time Big Data – 29 de julho); MINAS GERAIS Romeu Zema (Novo) – FELIPE D’ÁVILA (Pesquisa Ipec – 15 de agosto); ESPÍRITO SANTO Renato Casagrande (PSB) – LULA (Real Time Big Data – 25 de maio); RIO DE JANEIRO Cláudio Castro (PL) – BOLSONARO (Pesquisa Ipec – 15 de agosto); SÃO PAULO Fernando Haddad (PT) – LULA (Pesquisa Ipec – 15 de agosto); PARANÁ Ratinho Junior (PSD) –

BOLSONARO (Instituto IRG – 14 de agosto); SANTA CATARINA Carlos Moisés (Republicanos) – BOLSONARO OU NEUTRO (Real Time Big Data – 24 de julho); RIO GRANDE DO SUL Eduardo Leite (PSDB) – SIMONE TEBET OU NEUTRO (Pesquisa Ipec – 15 de agosto).

⁷⁴ Disponível em: <https://www.gritodosexcluidos.com/>. Acesso em 24. ago. 2022.

⁷⁵ CNBB. *Exigências éticas da ordem democrática*, 1989, nº 106.